



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 000806-48.2026.8.15
MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026
Edital nº 010/2026

CONTRATANTE (UASG)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA (926222)

OBJETO

Registro de Preços para futura e eventual aquisição de xícaras personalizadas, conforme especificações técnicas, unidades de medida e quantidades estimadas definidas neste Termo de Referência e seus anexos, com o objetivo de promover a padronização e o fortalecimento da identidade visual do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB).

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 74.120,00 (Setenta e quatro mil e cento e vinte reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

DIA 29/04/2026 ÀS 09H (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

O Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeados através da Portaria nº 545/2024, publicada no Diário da Justiça de 20 de maio de 2024 e Portaria nº 389/2025, publicada no Diário da Justiça de 20 de fevereiro de 2025 e Portaria nº 1.602/2025, publicada no Diário da Justiça de 04 de setembro de 2025, torna-se público que o(a) O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, sediado no 2º andar, localizado na Rua Professora Batista Leite 151 - Róger - João Pessoa – PB, fone: (83)9-9400-8910/ 83-3219-9417 e-mail: prege@tjpb.jus.br, realizará licitação, para registro de preços na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Registro de Preços para futura e eventual aquisição de xícaras personalizadas, conforme especificações técnicas, unidades de medida e quantidades estimadas definidas neste Termo de Referência e seus anexos, com o objetivo de promover a padronização e o fortalecimento da identidade visual do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB).

1.2. A licitação será realizada por ITEM, conforme tabela constante no Termo de Referência e anexo.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis

pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. **(item excluído)**

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. *pessoas jurídicas reunidas em consórcio;*

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento

da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

- 3.10.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.11.** O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.12.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.13.** A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3.** *(item excluído).*
- 4.4.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- 4.5.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.6.1.** *(item excluído);*

- 4.6.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7.** A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.8.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12.** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;
- 4.13.** O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1.** *valor unitário de cada item;*
- 5.1.2.** Marca;/ modelo
- 5.1.3.** *Fabricante;*
- 5.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1.** [O licitante \[NÃO\] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo .](#)

- 5.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7.** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8.1.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.8.2.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.9.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Controle Externo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 6.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7.** O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

- 6.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 0,10(dez centavos)**.
- 6.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado: aberto
- 6.11.** O modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação
- 6.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12.** (Item excluído)
- 6.13.** (Item excluído)
- 6.14.** (Item excluído)
- 6.15.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

- 6.20.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.21.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 6.21.2.2. empresas brasileiras;
 - 6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.22.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.22.1.** *(Item excluído)*
- 6.22.2.** *(Item excluído)*

- 6.22.3.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.22.4.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.22.5.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.22.6.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.22.7.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.23.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1.** SICAF;
- 7.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 7.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 7.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 7.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 7.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 7.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 7.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4.** (Item excluído)
- 7.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os item 4.6 deste edital.
- 7.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em

seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. (Item excluído)

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. conter vícios insanáveis;

7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. (Item excluído).

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta de preço o Pregoeiro deverá assegurar a licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta, aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022

7.12. (Item excluído)

7.13. (Item excluído)

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita (parecer) do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.20. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

- 7.21. Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4. (Item excluído).
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer digitalização, ou ainda, quando a lei expressamente o exigir ressalvado a possibilidade de se realizar diligências em dúvida da autenticidade do algum documento não original.
- 8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.10. (Item excluído).
- 8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder,

imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2(DUAS) HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15 Excluído)

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16.1 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

8.16.1.1. a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.16.1.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.16.1.3. suprir a ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pela licitante;

8.16.1.4 suprir a ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.16.1.5 A apresentação de documentos de que trata o subitem 8.13.1 será realizada em observância ao disposto no subitem 8.16.2 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16.2 Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação ou ainda, nas hipóteses admitidas no item 8.16.1, o Pregoeiro, a título de diligência,

poderá solicitar à licitante o envio de documentação, por meio do campo de “anexos” do sistema.

8.16.2.1 Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail prege@tjpb.jus.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para as demais licitantes interessadas.

8.16.2.2. A apresentação de documentos de que trata o subitem 8.16.2 será realizada em observância ao disposto no subitem 8.16.2.1 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16.2.3. O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

8.16.2.4 Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

8.16.2.5 Em caso de não envio dos documentos de que tratam os itens 8.16.1 e 8.7 no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015)

8.20 (Excluído)

8.21(Excluído)

8.22 Habilitação jurídica:

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b). Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d). Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato

social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e). Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f). Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g). Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

h). Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

8.22.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.23. Habilitação fiscal, social e trabalhista.

a). Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e). Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor;

8.23.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23.2 . O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal

8.24. Habilitação econômica financeira.

a) Certidão negativa de falência(PJE) ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo(s) distribuidor(es) da sede do licitante ou de seu domicílio, ou que já tenham tido, no caso de empresas em

recuperação judicial, certidão emitida pela instância judicial certificando o cumprimento do plano de recuperação homologado em juízo.

8.25 Habilitação técnica:

8.25.1 Conforme item 8.3 a 8.4 do Termo de referência anexo deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
 - (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.8 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

9.8.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

9.8.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

9.8.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

9.8.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

9.8.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

9.8.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

9.8.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

9.8.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

9.8.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

9.8.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

9.8.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

9.8.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

10.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no SEI
0000806-48.2026.8.15

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.5. fraudar a licitação

11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

- 11.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 11.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
 - 11.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 11.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 11.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 **(dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 1% do valor do contrato licitado.
 - 11.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.
- 11.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 11.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 11.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior,

que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 11.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 11.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 12.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 12.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, ou pelo seguinte e-mail: prege@tjpb.jus.br ou preferencialmente whatsapp institucional ; (83) 9-9400-8910.
- 12.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 12.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 12.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 13.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

- 13.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, bem como especificações no cadastro do sistema compras.gov, prevalecerá o Termo de referência deste Edital.
- 13.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.tjpb.jus.br/transparencia/licitacoes/consulta?modalidade=pregao-eletronico..>
- 13.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.11.1.** ANEXO I do Edital – Termo de Referência
 - 13.11.2.** ANEXO II do Edital – Ata de Registro de Preços
 - 13.11.3.** ANEXO III do edital – Estudo Técnico Preliminar (ETP)

João Pessoa, de 09 de abril_de 2026.

Disponibilizado por:

DIANA COELI DE ARAÚJO VITAL

Pregoeira TJ-PB

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

Termo de Referência 147/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
147/2025	926222-TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA	MARIA AUXILIADORA FERNANDES FORMIGA DOS SANTOS	03/02/2026 11:06 (v 0.10)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		000806-48.2026.8.15.

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de xícaras personalizadas, conforme especificações técnicas, unidades de medida e quantidades estimadas definidas neste Termo de Referência e seus anexos, com o objetivo de promover a padronização e o fortalecimento da identidade visual do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB).

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E EQUIPARÁVEIS						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	<p>XÍCARA PERSONALIZADA, com as seguintes características mínimas:</p> <p>Material: porcelana, atóxico, para bebidas frias e quentes, resistente à micro-ondas e máquina de lavar louças;</p> <p>Tipo: café;</p> <p>Cor: branca com friso/filete dourado na borda;</p> <p>Formato: cilíndrico, com alça;</p> <p>Dimensões(aproximadas): 5,5cm (A) x 6,5cm (Diâmetro da boca);</p>	397974	und	2.000	37,06	74.120,00

<p>Capacidade: 90ml a 100ml;</p> <p>Personalização: impressão a laser (SUBLIMAÇÃO ou superior), na cor cinza e dourada, proporcional à área externa superior(frente da xícara), onde será impresso o brasão, conforme modelo ilustrado no Anexo IV; aprovado pela Administração;</p> <p>Adicionais: acompanha pires redondo, na cor da xícara, com friso /filete dourado na borda;</p> <p>Composição: 2 peças (1 xícara e 1 pires);</p> <p>Embalagem: 12 peças (6 xícaras e 6 pires), adequada e reciclável;</p> <p>Garantia: mínima de 90 (noventa) dias a partir do recebimento definitivo pelo TJPB.</p>					
TOTAL					74.120,00

- 1.2. O valor máximo admissível para a contratação da solução é de **R\$ 74.120,00(setenta e quatro mil e cento e vinte reais)**.
- 1.3. Os bens, objeto desta contratação, são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, em conformidade com o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.5. Durante esse período, o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB) poderá formalizar contratações decorrentes da Ata, conforme a demanda e a disponibilidade orçamentária, garantindo a flexibilidade e a eficiência necessárias para o atendimento das necessidades institucionais.
- 1.6. O prazo de validade da Ata poderá ser prorrogada nos casos expressamente previstos na legislação, desde que devidamente justificada e mediante termo aditivo, observado o limite legal. Ressalta-se que a vigência dos contratos ou documentos equivalentes dela decorrentes poderá ser superior ao prazo de validade da Ata, desde que respeitada a vigência máxima conforme Lei nº 14.133/2021.
- 1.7. A vigência contratual de cada fornecimento será definida conforme as condições pactuadas no momento da contratação específica, com início dos efeitos financeiros condicionado à efetiva entrega dos materiais e à aceitação formal pelo TJPB. **O prazo de vigência da contratação é de até 06 (meses) contados da assinatura do contrato ou documento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, ou documento equivalente.**
- 1.8. Os requisitos iniciais foram especificados com base nas necessidades do ambiente atual, levando-se em conta a solução usada atualmente e estudos de mercado.
- 1.9. A solução ofertada pela empresa contratada deverá contemplar os requisitos de negócios dispostos neste Termo de Referência.

2. Fundamentação da contratação

2.1. Considerando a importância da identidade institucional e da comunicação visual do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), as xícaras personalizadas são essenciais para reforçar a marca, promover a profissionalização dos ambientes de trabalho e servir como material de apoio em eventos institucionais.

2.2. A ausência desse item personalizado pode comprometer:

1. **A imagem institucional**, uma vez que materiais padronizados transmitem credibilidade e organização;
2. **A funcionalidade no dia a dia**, já que esse tipo de produto é frequentemente utilizado por magistrados, servidores entre outros;
3. **A durabilidade do material**, visto que produto de qualidade superior, com a marca do TJPB, tem maior vida útil.

2.3. Além da personalização com a logomarca do TJPB, é fundamental considerar:

- **Resistência e qualidade dos materiais**, como a porcelana;
- **Ergonomia e funcionalidade**, garantindo que o produto atenda às necessidades dos usuários;
- **Sustentabilidade**, priorizando materiais reutilizáveis.

2.4. Ao adotar produtos personalizados, o TJPB fortalece sua identidade visual, promove a valorização institucional e oferece itens úteis no cotidiano de trabalho, contribuindo para um ambiente mais organizado e profissional.

2.5. O Tribunal de Justiça da Paraíba, em sua missão de garantir eficiência e qualidade nos serviços prestados, busca aprimorar sua comunicação visual e a funcionalidade de seus recursos materiais, visando atender a uma demanda recorrente de suas unidades administrativas e judiciárias, além de eventos e outras atividades.

2.6. A reposição com material personalizado trará maior **profissionalismo, durabilidade e economia** a longo prazo, tendo em vista que há uma carência significativa desses itens no TJPB e o estoque encontra-se defasado, com produtos genéricos ou sem padronização visual, o que prejudica a uniformidade da identidade institucional.

2.7. Os produtos especificados devem seguir critérios de:

- **Alta qualidade**, garantindo resistência e boa impressão da marca;
- **Custo-benefício**, com materiais duráveis que reduzam a necessidade de reposição constante;
- **Sustentabilidade**, preferindo opções ecológicas, como xícaras reutilizáveis.

2.8. Há uma carência significativa desse item em várias unidades do TJPB. A aquisição visa suprir justamente essa necessidade.

2.9. Alinhamento da Contratação a Instrumentos de Planejamento e ao Plano Anual de Contratação

2.9.1. A contratação integra o Plano de Contratações Anuais do Tribunal de Justiça da Paraíba - PCA 2026, disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, conforme dados a seguir:

Id do item: **84**

Classe / Grupo: **7350 - LOUÇA E ARTIGOS DE MESA**

2.9.2. A contratação também atende às diretrizes estratégicas de nivelamento previstas na Resolução CNJ nº 370 /2021, estabelecidas para os órgãos do Poder Judiciário (2021-2026).

3. Descrição da solução

3.1. A solução proposta consiste na aquisição de xícaras personalizadas, que serão destinadas às unidades judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB), conforme planejamento interno e levantamento de demandas reprimidas, visando fortalecer a identidade visual do TJPB, promover a padronização de materiais de uso cotidiano e garantir funcionalidade, durabilidade e profissionalismo, alinhando-se aos princípios da economicidade, sustentabilidade e eficiência administrativa.

3.2. A necessidade da compra desse item decorre da **falta de padronização e da defasagem do estoque atual**, que conta com produtos genéricos, sem personalização ou de baixa qualidade. A aquisição de novos materiais personalizados atenderá a uma **demandas reprimidas** em diversas unidades do TJPB.

Ciclo de Vida e Sustentabilidade

3.3. A contratação observará os seguintes aspectos:

3.3.1. Qualidade e Durabilidade

- O produto fabricado com materiais duráveis, como porcelana, com impressão de alta qualidade para evitar desgaste.

3.3.2. Vida Útil Prolongada

- As xícaras devem ter resistência a impactos e lavagens frequentes.

3.3.3. Garantia

- Garantia mínima de 90(noventa) dias contra defeitos de fabricação e/ou falhas na personalização, nos termos do Código de Defesa do Consumidor.
- Possibilidade de troca em caso de não conformidade.

3.3.4. Sustentabilidade Ambiental

- Materiais recicláveis ou reutilizáveis, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).
- Resolução CNJ nº 550/2024.

3.3.5. Personalização e Identidade Visual

- A Logomarca do TJPB impressa deve ser nítida, com bom contraste e acabamento de qualidade, com alta resistência para maior durabilidade.
- As cores devem ser de acordo com a identidade visual.

3.3.6. Descarte Responsável

Ao final da vida útil, os produtos deverão ser descartados de forma ambientalmente correta, com prioridade para reciclagem ou reutilização.

Logística e entrega

A contratação incluirá:

3.4. Fornecimento e Distribuição

3.4.1. Entrega dos produtos no Almoxarifado do TJPB, localizado no **Complexo Judicial de Mangabeira** (Rua José Roberto Araújo de Sousa, Qd. 171, Loteamento Projeto Mariz - 3ª Etapa, s/nº, Mangabeira, João Pessoa/PB, CEP 58059-311).

3.4.2. Horário de entrega: 08h às 16h (segunda a quinta) e 08h às 12h (sexta), mediante **agendamento prévio** pelos telefones **(83) 3219-6490 / (83) 99631-9370**.

3.4.3. As ordens de fornecimento deverão ser emitidas com o quantitativo mínimo de 500(quinhetas) unidades.

3.4.4. Fornecimento e entrega do material, conforme planejamento e cronograma definidos pela Administração.

3.4.5. Transporte, carga e descarga do produto.

3.5. Condições de Embalagem e Transporte

3.5.1. Embalagem segura para evitar avarias durante o transporte.

3.5.2. Identificação clara do produto.

Natureza do Objeto e Padronização

3.6. O produto a ser adquirido possui natureza comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que suas especificações podem ser descritas de forma objetiva, padronizada e comparável, mesmo com a necessidade de personalização, pois não altera sua essência padronizada e não exige modificações estruturais exclusivas.

3.7. Todos os produtos deverão atender a:

- **Normas técnicas** aplicáveis a cada categoria;
- **Requisitos de qualidade** previamente estabelecidos;

- **Especificações precisas** de materiais e acabamento;
- **Conformidade com legislação** ambiental pertinente.

4. Requisitos da contratação

4.1. A contratação proposta exige o atendimento a um conjunto de requisitos técnicos, funcionais, ambientais e regulatórios, a fim de garantir que os produtos adquiridos estejam em conformidade com as normas vigentes, as necessidades operacionais do TJPB e os princípios de economicidade, eficiência e sustentabilidade.

4.2. Requisitos Técnicos Gerais

4.2.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos técnicos obrigatórios:

- I.** O produto deverá ser **novo, de primeiro uso, com qualidade comprovada** e acompanhado de nota fiscal, certificado de garantia mínima de 90 (noventa) dias e manuais de conservação quando aplicável.
- II.** O material utilizado deverá ser **durável, resistente ao uso cotidiano e com acabamento de excelente qualidade, compatível com o uso institucional**:
- III.** O produto deverá conter **personalização durável da logomarca do TJPB**, por meio de técnicas de impressão resistentes ao uso e ao desgaste (ex: gravação a laser, sublimação ou similar).
- IV.** As tintas e insumos utilizados na personalização deverão ser **atóxicos e em conformidade com as normas ambientais vigentes** e a **Resolução CNJ nº 550/2024**.
- V.** As embalagens deverão ser **íntegras, originais, seguras e com identificação clara**.

4.3. Requisitos de Garantia e Substituição

4.3.1. O item fornecido deverá contar com **garantia mínima de 90 (noventa) dias**, a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo do objeto, contra **defeitos de fabricação e falhas na personalização**.

4.3.2. A contratada deverá apresentar **declaração formal de responsabilidade pela garantia dos produtos**, comprometendo-se com a substituição dos itens defeituosos dentro do prazo de garantia, sem qualquer ônus adicional para o TJPB, incluindo custos com mão de obra, retirada, transporte, deslocamento, insumos e quaisquer despesas correlatos.

4.3.3. A substituição deverá ocorrer mediante **notificação da Administração**, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, contados a partir da retirada dos produtos com defeito.

4.3.4. Em casos devidamente justificados, o prazo poderá ser **prorrogado uma única vez**, por igual período, mediante solicitação da contratada por escrito e autorizada expressamente pela Administração, desde que não haja prejuízo ao funcionamento das atividades institucionais.

4.3.5. A contratada deverá dispor de **estrutura logística** que assegure o atendimento e reposição de itens em João Pessoa/PB, assegurando suporte ágil, eficiente e alinhado às necessidades da Administração.

4.3.6. Os produtos de reposição, durante a garantia, deverão ser **novos, originais, de primeiro uso e com padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos substituídos**.

4.4. Requisitos de Sustentabilidade

4.4.1. A contratação observará os princípios da sustentabilidade, em conformidade com:

- Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Resolução CNJ nº 550/2024 – Política de sustentabilidade no Poder Judiciário;
- Ato da Presidência 61/2013 do TJPB - Disciplina o plano de Sustentabilidade do Tribunal de Justiça da Paraíba;

4.4.2. O item fornecido deverá apresentar longa vida útil, ser reutilizável e projetado para minimizar a geração de resíduos, como xícaras confeccionadas em materiais duráveis, adequados ao uso contínuo e reaproveitamento institucional.

4.4.3. Os materiais deverão ser **reutilizáveis** e livres de substâncias nocivas.

4.4.4. As embalagens deverão ser **compactas, agrupadas, recicláveis ou biodegradáveis**, com redução de plásticos descartáveis.

4.4.5. Os produtos deverão permitir **descarte ambientalmente responsável** ao final da vida útil.

4.5. Requisitos Legais

A contratação deverá observar as seguintes normas legais e institucionais:

- Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos);
- Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação);
- Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);
- Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e os preceitos de preservação ambiental;
- Resolução no 32/2022 (Política de Segurança da Informação do TJPB);
- Resoluções e atos normativos do CNJ e do TJPB;
- Normas da ABNT sobre resíduos sólidos e sustentabilidade.

4.6. Tratamento Diferenciado para ME/EPP

4.6.1. Nos termos do art. 4º, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, e da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado o tratamento diferenciado, favorecido e simplificado às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito regional e local, bem como fomentar a ampliação da eficiência das políticas públicas.

4.6.2. A presente contratação, por se tratar de aquisição de bens padronizados, de natureza comum e ampla disponibilidade no mercado, justifica-se plenamente a adoção do tratamento diferenciado, tendo em vista:

4.6.2.1. A compatibilidade técnica do objeto com a capacidade de fornecimento de ME/EPP, que usualmente atuam nos segmentos de produtos personalizados, incluindo serviços de impressão, gravação e fabricação, inclusive como fornecedora direta ou distribuidora de marcas reconhecidas no mercado nacional;

4.6.2.2 O parcelamento do objeto por item, o que permite que empresas de menor porte participem do certame apenas nos itens em que possuam capacidade técnica e logística, ampliando as possibilidades de participação e equilíbrio concorrencial;

4.6.2.3. A possibilidade de que essas empresas tenham acesso às vantagens previstas nos arts. 44 a 49 da LC nº 123/2006, como preferência de contratação em caso de empate ficto e regularização fiscal posterior;

4.6.2.4. O alinhamento com as políticas públicas de estímulo ao crescimento de pequenos negócios e à geração de emprego e renda locais, com impactos positivos na cadeia econômica da Paraíba.

4.6.3. Nesse sentido, será realizada a exclusividade para as empresas ME/EPP.

4.6.4. Adicionalmente, ressalta-se que a aplicação desse tratamento não compromete a competitividade, a isonomia entre os licitantes nem a seleção da proposta mais vantajosa, preservando o interesse público e a eficiência da contratação.

4.6.5. Dessa forma, a reserva de participação, o desempate ficto e os demais instrumentos legais de estímulo às ME/EPP serão observados integralmente, em conformidade com os normativos federais, as orientações do TCU e a regulamentação interna do TJPB.

4.7. Do consórcio

4.7.1. Não será admitida a participação de pessoas jurídicas que estejam reunidas em consórcio, em qualquer que seja sua forma de constituição.

4.8. Garantia da Contratação

4.8.1. Não será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.9. Subcontratação

4.9.1. Para esta contratação não será permitida a subcontratação.

4.10. Indicação de Marcas ou Modelos (art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.10.1. Não será indicado marca ou modelo de referência.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Condições de execução

5.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.2. A execução do objeto será dividida nas seguintes fases principais:

5.1.3. Os bens serão fornecidos de forma parcelada, conforme necessidade da Administração, durante a vigência da ata de registro de preços. As entregas deverão respeitar as seguintes condições:

5.1.4. A Contratada deverá efetuar o fornecimento do(s) materiais objeto da aquisição no prazo máximo de até 20 (vinte) dias consecutivos, a partir do envio da Ordem de Fornecimento.

5.1.5. A entrega dos produtos será acompanhada e fiscalizada pelo Supervisor do Almoxarifado deste Tribunal, Ataídes Cassimiro da Silva, matrícula nº 472.895-5, ou outro servidor designado para esse fim, que só receberá os

mesmos após a verificação da qualidade do objeto entregue, conforme especificações deste Termo de Referência.

5.1.5. Local de entrega: Almoxarifado Central do Tribunal de Justiça da Paraíba, situado à Rua José Roberto Araújo de Sousa, Quadra 171, Loteamento Antônio Mariz, 3ª Etapa, Mangabeira, João Pessoa – PB, CEP 58059-311.

5.1.6. A identificação de qualquer material em discordância com a solicitação ou com a Nota Fiscal emitida, fora das especificações exigidas, em condições diferentes daquelas apresentadas na proposta, ou, ainda, que apresente qualquer vício que o torne imprestável ao fim que se destina, implicará na recusa por parte do servidor responsável pelo recebimento, devendo a contratada efetuar a troca dos produtos, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da solicitação.

5.1.7. Horário de recebimento: Segunda a quinta-feira, das 8h às 16h, e às sextas-feiras, das 8h às 12h.

5.1.8. Contato para agendamento de entrega: (83) 3219-6490 / (83) 99631-9370 (WhatsApp).

5.1.9. Condições: As entregas deverão ser precedidas de comunicação formal à unidade responsável e agendamento com o setor competente. O transporte, carga e descarga dos produtos serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

Atividades:

5.1.10. Fornecimento dos produtos de acordo com as especificações técnicas constantes do item 1 deste Termo de Referência.

5.1.11. Garantia de que os produtos são novos, de primeiro uso, com materiais de qualidade e, quando aplicável, atendam às exigências de certificações e normas técnicas pertinentes.

5.1.12. Embalagens íntegras e originais(ou equivalentes seguras), com identificação clara e completa de cada item.

5.1.13. Apresentação da nota fiscal correspondente, com indicação do item fornecido e unidade de destino (quando aplicável), conforme planejamento da Administração.

5.1.14. Não há exigência de instalação técnica para os itens contemplados, uma vez que se tratam de materiais de uso direto e pronto para utilização.

Instalação e Configuração da Solução

5.1.15. Não se aplica.

Capacitação dos Usuários e Administradores

5.1.16. Não se aplica.

Modelo de Acompanhamento e Fiscalização

5.1.17. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pelo TJPB, que atuarão como gestor e fiscais do contrato. As responsabilidades da fiscalização incluem:

5.1.18. Conferência das entregas conforme especificações;

5.1.19. Elaboração de relatórios de conformidade;

5.1.20. Aplicação das penalidades previstas em caso de inadimplemento;

5.1.21. Solicitação de substituição de produtos com vícios aparentes ou ocultos;

5.1.22. Comunicação com o setor de patrimônio para registro adequado dos bens.

5.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.2.1. Propriedade, Sigilo e Segurança de Dados.

5.2.1.1. Embora a presente contratação trate de bens materiais e não envolva acesso a dados sensíveis do TJPB, aplica-se a este contrato o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/2018) no que couber, especialmente no tocante ao manuseio de etiquetas, ativos e rastreabilidade de produtos. A contratada deverá:

5.2.1.2. Utilizar exclusivamente os dados obtidos para fins da execução contratual;

5.2.1.3. Responsabilizar-se pela confidencialidade de informações eventualmente acessadas;

5.2.1.4. Assinar, se requerido, Termo de Confidencialidade e Compromisso com a Segurança da Informação;

5.2.1.5. Comunicar qualquer ocorrência de violação de dados ou não conformidade que envolva o fornecimento dos materiais.

5.3. Condições Gerais

5.4. Materiais a serem disponibilizados

5.4.1. Para a perfeita execução desta contratação, a Contratada deverá disponibilizar todos os itens, promovendo sua substituição quando necessário.

5.5. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.5.1. Todos os produtos fornecidos deverão ter garantia mínima de 90 (noventa) dias a contar do aceite definitivo.

5.5.2. Durante o período de garantia, a contratada deverá providenciar a substituição dos produtos com defeito, por novos, originais e de primeiro uso, sem qualquer custo adicional ao TJPB.

5.5.3. A contratada deverá garantir, durante o período de garantia, atendimento ágil e eficiente para substituição dos produtos com defeitos de fabricação ou falhas na personalização, sem ônus adicional para a Administração.

5.5.4. Não serão aceitos produtos com falhas no material, falhas na impressão (impressão desfocada), outros defeitos de fabricação ou ocorridos durante o transporte.

5.5.5. O atendimento deverá ocorrer preferencialmente por meio de ponto de contato em João Pessoa/PB ou com logística de atendimento que assegure a reposição dos itens em prazo compatível com as necessidades do TJPB.

5.5.6. O prazo máximo para resolução de defeitos, durante a garantia, será de 10(dez) dias corridos, prorrogável uma única vez, por igual período, mediante justificativa formal e aceitação do TJPB;

5.6. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6.1. Todos os quantitativos, locais de entrega e características técnicas estão detalhados neste Termo de Referência e seus anexos.

5.6.2. O fornecimento será realizado conforme demanda, sob o regime de empreitada por preço unitário, observando o quantitativo máximo registrado na ata de registro de preços.

5.6.3. O fornecedor deverá considerar custos com transporte, embalagens, seguro e quaisquer encargos necessários ao fiel cumprimento da entrega.

5.6.4. Não haverá obrigação de aquisição mínima dos itens registrados na ata, conforme previsto no art. 82, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. As atividades de gestão e fiscalização do contrato serão realizadas de acordo com as seguintes disposições:

6.1.1. **Gestão do Contrato:** é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação

pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, emissão de termo de atesto e liberação de pagamento, dentre outros;

6.1.2. Fiscalização Técnica: é o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no contrato ou documento equivalente (Termo de Referência, Projeto Básico, Carta-Contrato, Ordem de Serviço e/ou Fornecimento), para efeito de pagamento; conforme o resultado pretendido pela Administração, podendo ser auxiliado pelo Gestor do Contrato;

6.1.3. Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto ao controle do contrato administrativo e às providências tempestivas nos casos de inadimplemento; e

6.1.4. Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade.

6.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, devendo ser exercidas por agentes públicos e equipe de fiscalização, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão do contrato.

6.3. Deverão ser observados os procedimentos estabelecidos no Manual de Licitações e Contratos Administrativos, para a execução das atividades de gestão e fiscalização dos contratos.

6.4. Na hipótese da contratação de terceiros, para assistir e para subsidiar os fiscais de contrato será observado o seguinte:

6.4.1. A empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato; e

6.4.2. A contratação de terceiros não eximirá o fiscal do contrato da responsabilidade, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

6.5. O recebimento provisório e definitivo ficará a cargo dos fiscais técnico, setorial e/ou comissão designada pela autoridade competente, respeitadas as devidas atribuições.

6.6. O gestor do contrato e os fiscais técnico, administrativo e setorial poderão solicitar manifestação técnica do órgão de assessoramento jurídico e de controle interno do TJPB vinculados ao órgão ou a entidade promotora da contratação, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-los com informações relevantes para prevenir riscos na execução do contrato.

6.7. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.8. As comunicações entre a equipe de gestão e fiscalização do contrato e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, através do uso do Sistema Gestor de Contratos do TJPB.

6.9. A fiscalização do contrato poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà

informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.12. A equipe de gestão e fiscalização acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.13. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. Da execução do contrato

7.1.1. Durante todo o período contratual, para otimizar a fiscalização do contrato e agilizar o processo de pagamento, deverão ser observadas as seguintes atividades para o **recebimento provisório** dos bens recebidos pela fiscalização técnica:

7.1.2. O(s) PREPOSTO(S) entregará(ão), formalmente, ao FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO, o RELATÓRIO DOS BENS/MATERIAIS, com detalhamento dos serviços/bens que foram executados/entregues;

7.1.3. O FISCAL TÉCNICO analisará o RELATÓRIO quanto à necessidade de adequação, em razão de eventual falha no quantitativo dos BENS ENTREGUES;

7.1.4. O FISCAL TÉCNICO devolverá, em até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da entrega, o RELATÓRIO DE SERVIÇOS EXECUTADOS/BENS ENTREGUES, aprovado ou com indicação das correções a serem introduzidas;

7.1.5. Na hipótese da APROVAÇÃO do RELATÓRIO DE SERVIÇOS EXECUTADOS/BENS ENTREGUES, o fiscal técnico do contrato, emitirá o Relatório de Fiscalização Técnica;

7.1.6. Emitido o Relatório de Fiscalização Técnica, o PREPOSTO receberá aviso automático, através do Sistema Gestor de Contratos- SGC ou outro que o substitua, para emitir a nota fiscal;

7.1.7. Na hipótese de NÃO APROVAÇÃO do RELATÓRIO DE SERVIÇOS EXECUTADOS/BENS ENTREGUES e CONCORDÂNCIA do PREPOSTO às correções informadas pelo FISCAL TÉCNICO, a CONTRATADA atualizará o RELATÓRIO DE SERVIÇOS EXECUTADOS/BENS ENTREGUES;

7.1.8. Na hipótese de NÃO APROVAÇÃO do RELATÓRIO DE SERVIÇOS EXECUTADOS/BENS ENTREGUES e DISCORDÂNCIA do PREPOSTO às correções informadas pelo FISCAL TÉCNICO, a CONTRATADA encaminhará justificativas quanto a não concordância, para nova avaliação por parte do FISCAL TÉCNICO, retomando as atividades descritas acima;

7.1.9. Juntamente com as faturas mensais, de acordo com o serviço/bem entregue, deverão ser inseridos no Sistema Gestor de Contratos as Certidões de regularidade fiscal e demais documentos legalmente exigidos, conforme previsto no CONTRATO, a serem verificados pelo FISCAL ADMINISTRATIVO.

7.2. Do Recebimento Provisório

7.2.1. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.2.2. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.2.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados/bens entregues em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.2.4. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou único recebimento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.2.5. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços/bens entregues até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.2.6. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções do TJPB exigíveis.

7.2.7. Os serviços/bens entregues poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, Estudos Técnicos Preliminares e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.3. Do Recebimento Definitivo

7.3.1. Os serviços/bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do bens e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.3.2. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

7.3.3. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.3.4. Emitir Termo de Atesto para efeito de recebimento definitivo dos serviços/bens entregues, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.3.5. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.3.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências

verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.3.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço/bem nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.4. Forma de pagamento

7.4.1. Para fins de liquidação e pagamento do objeto da contratação, a Contratada deve inserir no Sistema Gestor de Contratos, em arquivo digital, na forma indicada pela fiscalização do TJPB, os seguintes documentos:

7.4.2. Nota fiscal com descrição resumida do objeto, número da nota de empenho, mês de competência da entrega dos materiais/serviços;

7.4.3. Comprovação da regularidade fiscal, mediante juntada das Certidões de Regularidade Fiscal (Federal, Estadual e Municipal), Certidão de Regularidade do FGTS e Trabalhista, todas válidas;

7.4.4. Consulta ao site oficial ou Declaração de optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições –SIMPLES, se for o caso.

7.4.5. O pagamento será efetuado pelo Contratante no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária creditada em conta corrente do Contratado.

7.4.6. O pagamento somente será efetuado após o recebimento definitivo do objeto e o consequente aceite da Nota Fiscal/Fatura apresentada pelo Contratado, pelo servidor competente ou comissão responsável, condicionado à verificação da conformidade da documentação discriminada neste termo de referência e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

7.4.6.1. Eventual situação de irregularidade fiscal do Contratado não impede o pagamento, se o fornecimento /prestação de serviços tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, que o Contratado formalize o pedido de liberação de pagamento, endereçado ao Ordenador de Despesa e poderá ocasionar o sancionamento da empresa e rescisão contratual.

7.4.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura/Boleto ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o Contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

7.4.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.8.1. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123 /2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação da documentação exigida no subitem 7.4.4.

7.4.8.2. O Contratante fará a retenção, com repasse ao Órgão Arrecadador, de qualquer tributo ou contribuição determinada por legislação específica, sendo que o Contratante se reserva ao direito de efetuarla ou não nos casos em que for facultativo.

7.4.9. O Contratante pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo Contratado, de acordo com o previsto neste Termo de Referência e instrumento contratual.

7.4.10. O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pelo Contratado.

7.4.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Autorização de Pagamento.

7.4.12. O Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pelo Contratado, que porventura não tenha sido acordada no instrumento contratual.

7.4.13. Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva do CONTRATANTE, fica convencionado que a taxa de atualização financeira, devida pelo órgão CONTRATANTE será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde: EM = Encargos Moratórios.

I = Índice de atualização financeira (Variação do IPCA do mês inerente ao atraso da fatura/30).

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela a ser paga.

7.5. Cronograma de desembolso

7.5.1. Os pagamentos serão realizados em eventos, conforme segue:

7.5.2. Os pagamentos serão realizados conforme os eventos de entrega dos bens, assegurando a conformidade com os requisitos estabelecidos no contrato. O pagamento estará condicionado à verificação e validação do fiscal técnico do contrato, garantindo que todos os bens tenham sido entregues conforme especificações técnicas e demais definições.

7.6. Condições Gerais para Pagamento

7.6.1. O pagamento será realizado após o aceite definitivo de cada entrega, mediante a apresentação de documentação comprobatória.

7.6.2. O desembolso seguirá a execução progressiva da contratação, respeitando a natureza de cada entrega.

7.6.3. A CONTRATADA deverá apresentar notas fiscais e relatórios técnicos detalhados, acompanhados da validação do gestor do contrato.

7.6.4. Falhas na entrega ou não conformidade com os requisitos técnicos poderão resultar em retenção de pagamento, glosas ou aplicação de penalidades previstas no contrato.

7.7. Tabela de Pagamentos por Evento

Item	Descrição	Unidade de Medição	Condição de Pagamento
1	Entrega e Recebimento do Bem	Por unidade	Após entrega, validação e aceitação

Observações:

- Todos os pagamentos estarão condicionados à emissão da respectiva nota fiscal, atestação do recebimento definitivo e cumprimento dos requisitos contratuais.

7.8. Critérios para Aceite e Liberação dos Pagamentos

7.8.1. Aceite Provisório: Emitido no ato da entrega.

7.8.2. Aceite Definitivo: Somente será concedido após a verificação da plena dos bens entregues.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, pelo tipo menor preço individual do Item, de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

8.2. Qualificação Econômico-Financeira

a) Almejando selecionar as empresas de forma adequada, para que sejam estabelecidos critérios adequados para a qualificação econômico-financeira, ao tempo que isso não signifique restrição na participação dos fornecedores. Sendo assim, a comprovação da qualificação econômico-financeira será aquela exigida em edital, qual seja:

1- Certidão negativa de falência(PJE) ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo(s) distribuidor(es) da sede do licitante ou de seu domicílio, ou que já tenham tido, no caso de empresas em recuperação judicial, certidão emitida pela instância judicial certificando o cumprimento do plano de recuperação homologado em juízo.

8.3. Qualificação Técnica

a) Juntamente com sua HABILITAÇÃO, a licitante deverá apresentar:

Declaração formal de responsabilidade pela garantia técnica dos produtos, assegurando a cobertura contra vícios de fabricação, defeitos na personalização e inconformidades com as especificações constantes do Termo de Referência, durante todo o período de vigência da garantia, certificando a substituição tempestiva dos itens com defeito, sem qualquer ônus adicional para a Administração, por meio de estrutura operacional que permita a reposição no município de João Pessoa/PB, em prazo compatível com as necessidades do TJPB.

8.4. Da Amostra/Prova de Conceito

8.4.1. A apresentação de amostra será exigida, condicionalmente, durante a fase de habilitação, aplicando-se aos casos em que a descrição das especificações técnicas (catálogos, laudos, certificações) for considerada insuficiente para a análise conclusiva da qualidade ou adequação do produto ao objeto da contratação.

8.4.2. A empresa vencedora deverá apresentar, **antes do início da produção em série**, uma **unidade personalizada do item contratado** (xícara), com a logomarca do TJPB aplicada conforme especificações técnicas e identidade visual institucional, para fins de **validação do material, acabamento, qualidade da personalização e conformidade com o Termo de Referência**.

8.4.3. A produção em escala e o fornecimento definitivo somente poderão ser iniciados após a aprovação formal das amostras pela Administração. Eventuais ajustes solicitados deverão ser atendidos sem ônus adicional.

8.4.4. A arte da logomarca, que será impressa nos produtos, será disponibilizada em coreldraw ou outro formato definido pela Administração.

8.4.5. As amostras deverão ser entregues na **Gerência de Material, Patrimônio e Acervo, 5º andar** do Tribunal de Justiça da Paraíba, no seguinte endereço: Praça João Pessoa, SN - Centro - João Pessoa - PB - CEP: 58013-902, em dia de expediente, no horário de segunda a sexta-feira das 8 às 12h, para que sejam analisadas, assim como, fique(m) à disposição dos demais licitantes ou pessoas físicas que queiram analisá-los.

8.4.6. O prazo para entrega das amostras é de 5 (cinco) dias corridos, contados da solicitação emitida pelo Pregoeiro, recaiando sobre o licitante a responsabilidade pelo cumprimento do aludido prazo, independentemente da forma escolhida para envio dos produtos.

8.4.7. Caso opte pelo envio das amostras através de serviços de entrega, os licitantes têm o prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da solicitação emitida pelo Pregoeiro, para comprovação da postagem dos produtos que serão submetidos à análise.

- 8.4.8. As referidas amostras ficarão em poder do Tribunal de Justiça da Paraíba pelo período que a Ata de Registro de Preços do presente processo permanecer em vigor.
- 8.4.9. As amostras estarão sujeitas a testes de qualidade, caso necessário, sem ônus para o TJPB, e serão entregues mediante recibo fornecido pelo TJPB, devendo vir etiquetadas com nome do licitante, indicação do item correspondente e referência do produto.
- 8.4.10. O fornecedor poderá indicar o nome de um representante técnico da empresa que se responsabilizará pelo acompanhamento da análise das amostras.
- 8.4.11. O atraso ou não comparecimento do representante técnico, quando do período de análise do(s) produtos, não acarretará adiamento da avaliação.
- 8.4.12. As amostras serão analisadas pela equipe técnica do TJPB, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a qual emitirá parecer onde constará “aprovada” ou “reprovada”.
- 8.4.13. Os critérios de análise para aceitação das amostras serão as verificações:
- a. Do material utilizado na confecção;
 - b. Da qualidade do acabamento;
 - c. Das medidas;
 - d. Das demais especificações do Edital.
- 8.4.14. A não apresentação ou reprovação da amostra inabilitará o licitante.
- 8.4.15. Em sendo aprovada, a amostra não será contada como unidade entregue.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 74.120,00

- 9.1. O orçamento estimado do valor total da contratação, durante os 12 (doze) meses, será **R\$ 74.120,00(setenta e quatro mil e cento e vinte reais)**.
- 9.2. Destaca-se que, desse montante, 70% é referente ao primeiro grau e 30% ao segundo grau, como segue:
- Primeiro Grau: R\$ 51.884,00
 - Segundo Grau: R\$ 22.236,00

10. Adequação orçamentária

- 10.1. Considerando que a presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), não será necessário o estabelecimento prévio de dotação orçamentária para a totalidade dos itens registrados.
- 10.2. Nos termos do art. 82, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o Registro de Preços não implica em compromisso financeiro imediato por parte da Administração, uma vez que a contratação efetiva e a execução orçamentária ocorrerão de forma gradual, de acordo com as necessidades do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB), ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços.
- 10.3. Assim, as despesas decorrentes das contratações futuras serão alocadas à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do TJPB, observando-se:
- 10.4. A indicação da dotação orçamentária no momento da formalização de cada contratação específica, mediante nota de empenho ou instrumento equivalente;
- 10.5. Para os exercícios financeiros subsequentes, a dotação será indicada após a aprovação da respectiva Lei Orçamentária e a liberação dos créditos correspondentes, por meio de apostilamento, nos termos do artigo 138, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

11. Do Registro de Preços

11.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

11.2. A assinatura da Ata de Registro de Preços deverá ocorrer no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento da notificação por parte da empresa adjudicatária.

12. Do Cadastro de Reserva no SRP

12.1. A formação do cadastro de reserva tem por objetivo aproveitar o procedimento licitatório para registrar preços de eventuais outros fornecedores para qualquer dos casos de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, primando pelos princípios da economia, celeridade e eficiência.

12.2. Será solicitado às licitantes que desejem integrar o cadastro de reserva a apresentação de amostras ou demonstração de compatibilidade e a realização da habilitação, como condição para que seus preços sejam registrados, para o que será adotado, no que couber, os mesmos ritos e prazos definidos no Termo de Referência, edital e seus anexos.

12.3. A substituição do beneficiário registrado por fornecedor que componha o cadastro de reserva, respeitada a ordem de classificação e desde que mantidas as condições de habilitação, deverá ser promovida mediante a publicação da Ata Remanescente de Registro de Preços (ou Termo de Substituição), contendo obrigatoriamente os dados do beneficiário substituto, o quantitativo remanescente e o valor registrado para o item.

12.4. Depois de declarado o vencedor e adjudicado o objeto, os licitantes, na ordem de classificação no certame, serão provocados individualmente, através do sistema de licitações e/ou e-mail para, no prazo máximo a ser estabelecido, reduzirem seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor, com a finalidade de formar um cadastro de reserva.

12.5. A provocação/convocação prevista neste item não obriga o licitante a aceitar a redução proposta.

12.6. A apresentação de novas propostas, na forma do item acima, não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.7. O procedimento constante do item acima se estenderá na ordem de classificação, um a um dos licitantes, até a obtenção de 03 (três) licitantes interessados em reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado ou até que todos os licitantes tenham sido consultados sem êxito.

12.8. Aqueles licitantes que reduzirem seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor serão reclassificados pela nova ordem, e incluídos em lista de cadastro reserva que comporá a Ata de Registro de Preços na forma de anexo.

12.9. Concluída a formação do cadastro de reserva será publicada no Diário de Justiça eletrônico do Estado da Paraíba lista com a identificação tanto do licitante vencedor, quanto dos licitantes que comporão o cadastro, em ordem de classificação.

12.10. Da lista com a definição dos integrantes do cadastro reserva, caberá recurso administrativo por qualquer prejudicado que demonstre esta condição, que deverá conter a expressa indicação de eventual falha cometida no certame para a formação do cadastro em comento, nos termos da legislação pertinente.

12.11. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado.

12.12. A substituição do beneficiário registrado por fornecedor que componha o cadastro de reserva, respeitada a ordem de classificação e desde que mantidas as condições de habilitação, deverá ser promovida mediante a publicação da Ata Remanescente de Registro de Preços (ou Termo de Substituição), contendo obrigatoriamente os dados do beneficiário substituto, o quantitativo remanescente e o valor registrado para o item.

12.13. Não poderão compor o cadastro de reserva as propostas que não tenham sido classificadas e cujos licitantes não tenham sido habilitados.

12.14. Para as licitantes beneficiárias do regime diferenciado da Lei complementar no 123/06, que manifestarem interesse em integrar o cadastro de reserva e cuja habilitação tenha sido procedida com a ressalva de existência de restrição fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, computando-se o termo inicial da data da convocação para substituição do fornecedor originário.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LIANA URQUIZA DE SA IAZABY LUBAMBO

Integrante Demandante



Assinou eletronicamente em 03/02/2026 às 11:06:57.

MARIA AUXILIADORA FERNANDES FORMIGA DOS SANTOS

Integrante Técnica



Assinou eletronicamente em 03/02/2026 às 10:40:50.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 851_Cotacao_26-01-15_17-48-11.pdf (436.49 KB)



Relatório de Cotação: XÍCARAS PERSONALIZADAS DESTINADAS ÀS UNIDADES DO TJPB

Pesquisa realizada entre 12/01/2026 07:12:05 e 13/01/2026 19:51:13

Relatório gerado no dia 15/01/2026 17:48:11 (IP: 2804:29b8:50a4:5853::3)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item	Preços	Quantidade	Preço Estimado	Percentual	Preço Estimado Calculado	Total
1) XÍCARAS PERSONALIZADAS	5	2.000 Unidades	R\$ 37,06 (un)	-	R\$ 37,06	R\$ 74.120,00

Valor Global: R\$ 74.120,00

Detalhamento dos Itens

Item 1: XÍCARAS PERSONALIZADAS

Preço Estimado: R\$ 37,06 (un) Percentual: - Preço Estimado Calculado: R\$ 37,06 Média dos Preços Obtidos: R\$ 37,06

Quantidade	Descrição	Observação
2.000 Unidades	XÍCARA PERSONALIZADA, com as seguintes características mínimas: Material: porcelana, atóxico, para bebidas frias e quentes, resistente à micro-ondas e máquina de lavar louças; Tipo: café; Cor: branca com friso/filete dourado na borda; Formato: cilíndrico, com alça; Dimensões(aproximadas): 5,5cm (A) x 6,5cm (Diâmetro da boca); Capacidade: 90ml a 100ml; Personalização: impressão a laser (SUBLIMAÇÃO ou superior), na cor cinza e dourada, proporcional à área externa superior(frente da xícara), onde será impresso o brasão, conforme modelo ilustrado no Anexo IV; aprovado pela Administração; Adicionais: acompanha pires redondo, na cor da xícara, com friso/filete dourado na borda; Composição: 2 peças(1 xícara e 1 pires); Embalagem: 12 peças(6 xícaras e 6 pires), adequada e reciclável; Garantia: mínima de 90(nove) dias a partir do recebimento definitivo pelo TJPB.	

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais
Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

R\$ 33,53



Órgão: MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA MARINHA
Gabinete do Comandante da Marinha

Objeto: Aquisição de materiais de copa e cozinha para o Gabinete do Comandante da Marinha (GCM), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Descrição: **Xícara** - XÍCARA, MATERIAL: PORCELANA , TIPO: CAFÉ , COR: BRANCA , CAPACIDADE: 90 ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PIRES, PERSONALIZADO COM LOGOTIPO

CatMat: **397974** - Xícara - Material: Porcelana | Tipo: Café | Cor: Branca | Capacidade: 90 ML | Características Adicionais: Com Pires, Personalizado Com Logotipo

Data: 10/09/2025 10:00
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: N°Pregão:900132025 / UASG:711000
Lote/Item: /31
Ata: [Link Ata](#)
Homologação: 29/09/2025 10:20
Fonte: www.gov.br/compras/pt-br
Quantidade: 400
Unidade: Unidade
UF: DF

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
09.035.549/0001-96	MARCOS E BERTA LTDA Marca: schimth Fabricante: Fabricante não informado Modelo: schimth	R\$ 31,89
09.214.319/0001-94	APAR CONSTRUcoes E PROJETOS LTDA *VENCEDOR* Marca: SCHMIDT Fabricante: Fabricante não informado Modelo: SCHMIDT	R\$ 33,53
48.371.796/0001-15	P H MENESES COMERCIO LTDA Marca: SCHMIDT Fabricante: Fabricante não informado Modelo: PRISMA	R\$ 35,00
14.378.714/0001-42	INOVARE COMERCIO E PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO LTDA Marca: CHEF LINE Fabricante: Fabricante não informado Modelo: CHEF LINE	R\$ 36,90
59.026.030/0001-10	CAPITAL DISTRIBUICAO E IMPORTACAO LTDA Benefício Me/Epp: Sim UF endereço: DF Marca: SCHIMIDT Fabricante: Fabricante não informado Modelo: SCHIMIDT	R\$ 38,64
14.396.046/0001-86	GRANDES MARCAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA Marca: SCHMIDT Fabricante: Fabricante não informado Modelo: SCHMIDT	R\$ 42,39
62.150.129/0001-33	62.150.129 RODRIGO ROSA BORGES Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF Marca: TR Fabricante: Fabricante não informado Modelo: TR	R\$ 42,89
27.319.485/0001-37	ROMULO AVILA COMERCIO E SERVICOS LTDA Marca: Germer Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Versa	R\$ 42,90
22.808.990/0001-21	B2G MEDICAL COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA Marca: SCHMIDT Fabricante: Fabricante não informado Modelo: HOTEL	R\$ 42,93
10.943.564/0001-11	COMERCIAL DE DESCARTAVEIS E MATERIAIS DE LIMPEZA LTDA Marca: MC/DIVERSOS Fabricante: Fabricante não informado Modelo: UN	R\$ 42,93
47.170.510/0001-70	NOVA MESA COMERCIO DE UTILIDADES E ALIMENTOS LTDA Marca: SCHMDIT Fabricante: Fabricante não informado Modelo: PRISMA	R\$ 42,93



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
31.964.837/0001-84	19 SOLUCOES EM PLANEJADOS LTDA UF endereço: DF	R\$ 43,80
Marca: Xícara Material: Porcelana, Tipo: Café, Cor: Branc Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Xícara Material: Porcelana, Tipo: Café, Cor: Branc		

Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais

R\$ 32,35

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 00.394.502/0453-26	Data: 08/07/2025 14:50
Órgão: MINISTÉRIO DA DEFESA COMANDO DA MARINHA Grupamento de Navios Hidroceanográficos	Modalidade: Dispensa
Objeto: Aquisição de palamentas, eletrodomésticos e utensílios para uso nos ranchos, copas e cozinha do Navio de Apoio Oceanográfico Ary Rongel.	SRP: NÃO
Descrição: Xícara - XÍCARA, MATERIAL PORCELANA, TIPO CAFÉ, COR BRANCA, CAPACIDADE 90 ML,CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM PIRES, PERSONALIZADO COM LOGOTIPO	Identificação: Dispensa de Licitação Nº 90074/2025 / UASG: 751200
CatMat: 397974 - Xícara - Material: Porcelana Tipo: Café Cor: Branca Capacidade: 90 ML Características Adicionais: Com Pires, Personalizado Com Logotipo	Lote/Item: /24
	Ata: Link Ata
	Homologação: 17/07/2025 10:19
	Fonte: www.gov.br/compras/pt-br
	Quantidade: 100
	Unidade: Unidade
	UF: RJ

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
58.701.999/0001-86 *VENCEDOR*	58.701.999 SAMANTHA ROCHA LIMA MIGUEL UF endereço: GO	R\$ 31,99
Marca: schimth Fabricante: Fabricante não informado Modelo: schimth		
27.494.420/0001-28	SOARES COMERCIO E LICITACOES LTDA	R\$ 32,35
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		
57.434.087/0001-22	JAC SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA	R\$ 33,00
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		
60.876.096/0001-88	60.876.096 ANNA LUISA FRANCA BARROS SOUZA UF endereço: RJ	R\$ 35,00
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		
51.382.835/0001-94	LUMOS CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA	R\$ 35,10
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		
55.434.432/0001-00	55.434.432 FRANCIANE LACERDA FAE	R\$ 36,00
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		
46.017.784/0001-61	LUZIMAR DUARTE SANTOS 78891035491	R\$ 41,99
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		
59.820.744/0001-03	59.820.744 GUSTAVO RODRIGUES DA ROSA	R\$ 42,00
Marca: sem marca Fabricante: Fabricante não informado Modelo: xicara 90ml personalizada com		
46.656.337/0002-33	PORTO BRASIL SOLUCOES COMERCIAIS LTDA	R\$ 53,57
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
31.206.933/0001-63	INOVARE EQUIPAMENTOS E PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO LTDA	R\$ 53,58
Marca: ATLAS Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Xicara		
36.522.055/0001-09	36.522.055 HERBERT ESPINDOLA MARTINS	R\$ 53,89
Marca: xicara Fabricante: Fabricante não informado Modelo: xicara		
46.222.423/0001-57	46.222.423 CRISTIAN MOURA DA FONSECA	R\$ 60,00
Marca: xicara Fabricante: Fabricante não informado Modelo: xicara		
09.292.323/0001-70	67 CONCEITUS COMERCIO E SERVICOS DE MATERIAL DE ESCRITORIO LTDA	R\$ 60,00
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		
58.375.680/0001-08	LOJA CLICA E COMPRA LTDA UF endereço: RJ	R\$ 60,00
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		
60.230.296/0001-69	60.230.296 RICARDO VARELA SOUZA UF endereço: BA	R\$ 60,16
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		
42.892.727/0001-70	DIEGO C ALVES SILVA B2D COMERCIO E UTILIDADES	R\$ 60,16
Marca: compativel Fabricante: Fabricante não informado Modelo: compativel		
44.680.663/0001-70	DINOVO COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA	R\$ 70,00
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		
51.727.776/0001-49	UP ENGENHARIA INDUSTRIAL LTDA UF endereço: MG	R\$ 80,00
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		

Preço (Compras Governamentais) 3: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais

R\$ 40,00

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO Ministério Público do Trabalho Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região	Data: 16/06/2025 10:01
Objeto: Aquisição de copos e xicaras, visando suprir as necessidades de reposição de estoque da Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região e das PTM's.	Modalidade: Dispensa
Descrição: Xicara - XÍCARA, MATERIAL PORCELANA, TIPO CAFÉ, COR BRANCA, CAPACIDADE 90 ML,CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM PIRES, PERSONALIZADO COM LOGOTIPO	SRP: NÃO
CatMat: 397974 - Xicara - Material: Porcelana Tipo: Café Cor: Branca Capacidade: 90 ML Características Adicionais: Com Pires, Personalizado Com Logotipo	Identificação: Dispensa de Licitação Nº 90007/2025 / UASG: 200106
	Lote/Item: /2
	Ata: Link Ata
	Homologação: 02/07/2025 08:43
	Fonte: www.gov.br/compras/pt-br
	Quantidade: 150
	Unidade: Unidade
	UF: MA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
07.259.386/0001-08	FARED COMERCIAL LTDA	R\$ 30,00
VENCEDOR		
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
59.232.522/0001-61	59.232.522 PAULO SOUSA DA SILVA Benefício Me/Epp: Sim UF endereço: MA	R\$ 40,00
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		
54.150.150/0001-00	54.150.150 ANDRE LUIZ SOARES UF endereço: GO	R\$ 46,00
Marca: schimith Fabricante: Fabricante não informado Modelo: schimith		
27.494.420/0001-28	SOARES COMERCIO E LICITACOES LTDA	R\$ 46,00
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		
52.967.093/0001-21	COMERCIAL GOBER LTDA	R\$ 50,00
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		
52.197.489/0001-37	S R F COMERCIO LTDA	R\$ 100,00
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		
58.701.999/0001-86	58.701.999 SAMANTHA ROCHA LIMA MIGUEL UF endereço: GO	R\$ 210,00
Marca: schimith Fabricante: Fabricante não informado Modelo: schimith		
17.991.542/0001-76	FULL TIME EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 10.000.000,00
Marca: SIMILAR Fabricante: Fabricante não informado Modelo: SIMILAR		
15.655.026/0001-45	RNL TRADE AND FACILITIES LTDA	R\$ 101.710.000,00
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		

Preço (Compras Governamentais) 4: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais

R\$ 37,90

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 09.596.364/0002-31	Data: 07/05/2025 08:00
Órgão: MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar do Sul COMANDO DA 3ª DIVISÃO DO EXÉRCITO - BASE ADMINISTRATIVA DA GUARNIÇÃO DE SAN TA MARIA 1ªBrigada de Cavalaria Mecanizada 4ºRegimento de Cavalaria Blindado	Modalidade: Pregão Eletrônico SRP: SIM Identificação: N°Pregão:900042025 / UASG:160431 Lote/Item: /92 Ata: Link Ata Homologação: 27/05/2025 15:41 Fonte: www.gov.br/compras/pt-br Quantidade: 132 Unidade: Unidade UF: RS
Objeto: Aquisição de material para o Programa de Auditoria e Segurança Alimentar – PASA	
Descrição: Xícara - XÍCARA, MATERIAL PORCELANA, TIPO CAFÉ, COR BRANCA, CAPACIDADE 100 ML,CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM PIRES	
CatMat: 397215 - Xícara - Material: Porcelana Tipo: Café Cor: Branca Capacidade: 100 ML Características Adicionais: Com Pires	

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
53.385.500/0001-55	NOVA MESA UTILIDADES LTDA	R\$ 37,85
VENCEDOR		
Marca: ATLAS Fabricante: Fabricante não informado Modelo: ATLAS		
50.704.028/0001-88	FEMANN COMERCIO E SERVICOS LTDA	R\$ 37,90
Marca: botart Fabricante: Fabricante não informado Modelo: botart		



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
57.840.300/0001-04	MULTIMIX COMERCIO E DISTRIBUIDOR LTDA	R\$ 37,90
Marca: Nadir Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Nadir		
48.371.796/0001-15	P H MENESES COMERCIO LTDA	R\$ 37,90
Marca: SCHMIDT Fabricante: Fabricante não informado Modelo: SCHMIDT		
15.655.026/0001-45	RNL TRADE AND FACILITIES LTDA	R\$ 38,66
Marca: Xícara Material: Porcelana, Tipo: Café, Cor: Branc Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Xícara Material: Porcelana, Tipo: Café, Cor: Branc		
13.986.656/0001-77	COMERCIAL MARELLY LTDA	R\$ 40,00
Marca: BV Fabricante: Fabricante não informado Modelo: BV		
29.216.954/0001-18	SOLUCOES NORTE ENGENHARIA, CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA	R\$ 199.999,00
Marca: Xícara Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Xícara		

Preço (Compras Governamentais) 5: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais

R\$ 41,54

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 06.553.713/0001-69	Data: 17/04/2025 08:00
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SANTOS	Modalidade: Pregão Eletrônico
Objeto: Registro de preços, para futura e eventual contratação de empresa especializada na aquisição de utensílios e afins, destinados à Prefeitura Municipal Francisco Santos, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde do Município de Francisco Santos/PI.	SRP: SIM
Descrição: Xícara - Xícara Material: Porcelana, Tipo: Café, Cor: Branca, Capacidade: 90 ML, Características Adicionais: Com Pires, Personalizado Com Logotipo	Identificação: N°Pregão:900172025 / UASG:981083
	Lote/Item: /39
	Ata: Link Ata
	Homologação: 08/05/2025 09:43
	Fonte: www.gov.br/compras/pt-br
	Quantidade: 36
	Unidade: Unidade
	UF: PI

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
14.865.274/0001-58	ATACADAO DOS IMPORTADOS LTDA	R\$ 40,00
VENCEDOR		
Marca: Duralex Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Duralex		
33.613.876/0001-62	SILVANDRO DIEGO DE ALBUQUERQUE FERREIRA E CIA LTDA	R\$ 41,54
Marca: NADIR Fabricante: Fabricante não informado Modelo: XÍCARA VIDRO 90ML		
15.655.026/0001-45	RNL TRADE AND FACILITIES LTDA	R\$ 47,48
Marca: Xícara Material: Porcelana, Tipo: Café, Cor: Branc Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Xícara Material: Porcelana, Tipo: Café, Cor: Branc		





Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Compras.gov.br
www.gov.br/compras/pt-br

Data: 13/01/2026 12:20:05

Acessar a fonte [aqui](#)





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Coordenação de Contratações

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº ____/2026

Processo nº 000806-48.2026.8.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TJPB Nº ____/2026 QUE
ENTRE SI ACORDAM O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO**
ESTADO DA PARAÍBA E A EMPRESA

_____.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**, com sede na Praça João Pessoa, s/nº, Centro, João Pessoa/PB, inscrito no CNPJ sob o nº 09.283.185/0001-63, neste ato representado pelo seu Presidente, Desembargador Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na _____, CEP _____, no Município de _____, denominado(a) **FORNECEDOR**, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e CPF nº _____, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 000806-48.2026.8.15**, e o resultado final do **Pregão Eletrônico nº ____/2026**, e em observância à Lei nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 43.759/2023, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Estadual nº 9.697/2012, à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), como também pela Resolução TJPB nº 13/2023, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Aquisição de xícaras personalizadas, através do sistema de Registro de Preços, conforme quantitativo, especificações e exigências estabelecidas no Edital do Pregão identificado no preâmbulo (e seus anexos) e na proposta vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1. Os preços, as quantidades e as especificações dos materiais registrados nesta Ata encontram-se indicados no(s) seguinte(s) quadro(s):

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E EQUIPARÁVEIS						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

1	<p>XÍCARA PERSONALIZADA, com as seguintes características mínimas:</p> <p>Material: porcelana, atóxico, para bebidas frias e quentes, resistente à micro-ondas e máquina de lavar louças;</p> <p>Tipo: café;</p> <p>Cor: branca com friso/filete dourado na borda;</p> <p>Formato: cilíndrico, com alça;</p> <p>Dimensões(aproximadas): 5,5cm (A) x 6,5cm (Diâmetro da boca);</p> <p>Capacidade: 90ml a 100ml;</p> <p>Personalização: impressão a laser (SUBLIMAÇÃO ou superior), na cor cinza e dourada, proporcional à área externa superior(frente da xícara), onde será impresso o brasão, conforme modelo ilustrado no Anexo IV; aprovado pela Administração;</p> <p>Adicionais: acompanha pires redondo, na cor da xícara, com friso /filete dourado na borda;</p> <p>Composição: 2 peças (1 xícara e 1 pires);</p> <p>Embalagem: 12 peças (6 xícaras e 6 pires), adequada e reciclável;</p> <p>Garantia: mínima de 90 (noventa) dias a partir do recebimento definitivo pelo TJPB.</p>	397974	und	2.000	R\$	R\$
VALOR TOTAL:						R\$

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE

3.1. O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA QUARTA – DO GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Caberá a Gerência de Material, Patrimônio e Acervo/GEMAT o acompanhamento (fiscalização) de todas as Cláusulas previstas na Ata de Registro de Preços, bem como das demais definições estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

5.1. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada e que seja assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEXTA – ACRÉSCIMOS QUANTITATIVOS

6.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o 125 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I – em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II – decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, ou encargos legais, ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

7.2. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado. Após o interregno de um ano, notadamente no caso de prorrogação do instrumento, os preços iniciais serão atualizados, independente de pedido do contratado, mediante a aplicação pela contratante do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. A escolha pelo IPCA-IBGE se deu por se tratar do índice oficial de inflação do Brasil, adotado pelo Governo Federal, se tratando de referência para as metas de inflação e para as alterações na taxa de juros.

7.4. O reajuste será formalizado por apostilamento, salvo se coincidente com termo aditivo para o fim de prorrogação de vigência ou alteração contratual.

7.5. Se a variação do indexador adotado implicar reajuste desproporcional ao preço médio de mercado, o fornecedor deverá negociar a adoção de preço compatível.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do Fornecedor será cancelado pelo Gerenciador quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela

Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do item 8.1 será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.3. O cancelamento dos preços registrados nesta Ata poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo Gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES

9.1. O Fornecedor que, no decorrer da contratação, cometer qualquer das infrações previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ficará sujeita às seguintes sanções:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b) Multa moratória de até 0,5% (meio) por cento por dia de atraso injustificado sobre o valor da Ordem de Fornecimento expedida, até o limite de 20 (vinte) dias;

c) Multa compensatória de até 20% (vinte) por cento sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total;

d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

e) Impedimento de licitar e contratar com o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, pelo prazo de até 3 (três) anos;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se no que couber as disposições da Lei nº 14.133/2021.

9.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública, o caráter educativo da pena, observado o princípio da proporcionalidade;

9.4. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

9.5. As penalidades previstas nos subitens 9.1 "e" e "f" importarão na inclusão do Contratado no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado da Paraíba – CAFIL/PB e no Cadastro de Empresas Impedidas e Suspensas – CEIS.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

10.1. Não será permitida a utilização da Ata de Registro de Preços por órgão não participante da licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO

11.1. A presente ARP vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados:

- a) Processo Administrativo nº 000806-48.2026.8.15;
- b) Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026 – TJPB e seus anexos;
- c) Proposta comercial do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1. Os preços, quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça da Paraíba, bem como no site oficial do TJPB.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CADASTRO DE RESERVA

13.1. Seguem relacionadas no Anexo Único desta Ata, se for o caso, as empresas que aceitaram cotar preços iguais ao da licitante vencedora do Pregão Eletrônico nº ____/2026, do TJPB, na sequência da classificação do certame, cuja ordem de classificação deverá ser respeitada nas contratações, fazendo parte da lista que compõe o cadastro de reserva, em conformidade com o previsto no art. 26, inciso II, do Decreto Estadual nº 43.759/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Para dirimir as questões da presente Ata de Registro de Preços, as partes elegem o foro da Comarca de João Pessoa, no Estado da Paraíba, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais do Órgão Gerenciador e do Fornecedor indicado acima.

João Pessoa-PB. Documento datado e assinado eletronicamente.

DESEMBARGADOR FREDERICO MARTINHO DA NÓBREGA COUTINHO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
ÓRGÃO GERENCIADOR

FORNECEDOR

ANEXO ÚNICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CADASTRO DE RESERVA

Ordem de classificação	Fornecedor	Marca/modelo do objeto ofertado	CNPJ	Endereço	Representante legal	Informações para contato (telefone, e-mail, etc)
1º						
2º						

João Pessoa - PB, 06 de fevereiro de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Andre da Silva Camilo, Gerente de Contratação**, em 25/02/2026, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpb.jus.br/autentica>, informando o código verificador **0397681** e o código CRC **EEEDC0AF**.

Referência: Processo nº 000806-48.2026.8.15

SEI nº 0397681

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

Estudo Técnico Preliminar 136/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 000806-48.2026.8.15

2. Descrição da necessidade

Este Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade avaliar e comparar alternativas técnicas e econômicas para a aquisição de xícaras personalizadas a serem utilizadas nas Unidades do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB), assegurando a padronização institucional, sustentabilidade ambiental e o fortalecimento da identidade visual.

Necessidade de padronização considerando a:

- Demanda Institucional:** Uniformização da identidade visual com o propósito de conferir maior profissionalismo, coesão e reconhecimento à marca TJPB, elevando o padrão institucional;
- Economia de recursos financeiros:** redução de custos com descartáveis por meio da adoção de itens duráveis e reutilizáveis;
- Sustentabilidade Ambiental:** diminuição de resíduos, minimizando o impacto ecológico e contribuindo para a excelência na gestão ambiental institucional.

Unidades a serem atendidas

Todas as Comarcas, tais como: Água Branca, Alagoa Grande, Alagoa Nova, Alagoinha, Alhandra, Araruna, Areia, Bananeiras, Bayeux, Belém, Boqueirão, Caaporã, Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Conceição, Conde, Coremas, Cuité, Esperança, Guarabira, Gurinhém, Ingá, Itabaiana, Itaporanga, Jacaraú, João Pessoa, Juazeirinho, Mamanguape, Monteiro, Patos, Pedras de Fogo, Piancó, Picuí, Pocinhos, Pombal, Princesa Isabel, Queimadas, Remígio, Rio Tinto, Santa Luzia, Santa Rita, São Bento, São João do Rio do Peixe, São José de Piranhas, Sapé, Serra Branca, Solânea, Soledade, Sousa, Sumé, Taperoá, Teixeira e Umbuzeiro.

3. Área requisitante**Área Requisitante**

Gerência de Material, Patrimônio e Acervo

Responsável

Liana Urquiza de Sá Lubambo

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação proposta exige o atendimento a um conjunto de **requisitos técnicos, funcionais, ambientais e regulatórios**, a fim de garantir que os materiais adquiridos estejam em conformidade com as normas vigentes, as necessidades operacionais do TJPB e os princípios de economicidade, eficiência e sustentabilidade.

Requisitos Técnicos

Xícara:

- Tipo: café
- Material: porcelana
- Formato: cilíndrico, com alça
- Cor: branca com borda dourada
- Capacidade: 90ml a 100ml
- Personalização da logomarca do TJPB cinza e dourada, digital a laser, conforme arte no Anexo II
- Adicionais: pires na cor da xícara, branca com borda dourada conforme imagem no Anexo II
- Embalagem: com 12 peças, sendo 6 xícaras e 6 pires, adequada e reciclável

Requisitos à Execução do Objeto

Entrega

- **Prazo:** Até 20(vinte) dias corridos, contados do recebimento da ordem de fornecimento.
- **Local:** Almoxarifado do TJPB (Complexo Judicial de Mangabeira, João Pessoa/PB).
- **Horário:**
 - Segunda a quinta: 8h às 16h.
 - Sexta-feira: 8h às 12h.
- **Agendamento:** Via telefone (83) 3219-6490 ou (83) 99631-9370.

Fiscalização

- Acompanhamento por representante designado (Art. 117 da Lei nº 14.133/2021).

Recebimento

- **Provisório:** Verificação sumária no ato da entrega.
- **Definitivo:** Em até 10(dez) dias úteis, com análise de conformidade (quantidade, qualidade e especificações) do objeto contratado, contados do recebimento provisório.
- **Atrasos:** Comunicação obrigatória com 3 dias de antecedência (exceto casos fortuitos).

Qualidade e Documentação

- Materiais novos, de primeiro uso, acompanhados da Nota fiscal, sem falhas no material e/ou na impressão, sem defeitos de fabricação e/ou outros ocorridos durante o transporte.
- Embalagens recicláveis: caixas adequadas às xícaras c/pires.

- Custos de transporte, impostos e taxas são de responsabilidade da contratada.
- Responsabilidade da contratada por irregularidades, mesmo após a fiscalização (Art. 120 Lei nº 14.133 /2021).

Requisitos de Garantia

A fim de assegurar a **confiabilidade, segurança e durabilidade dos materiais fornecidos**, a presente contratação estabelecerá as seguintes condições mínimas de **garantia, reposição de produtos e atendimento técnico durante o período de cobertura contratual**:

Prazo de Garantia

- O objeto desta contratação deverá contar com **garantia mínima de 90 (noventa) dias**, a partir do **primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto**.
- Durante o procedimento licitatório, os licitantes deverão apresentar, junto à proposta, **declaração formal de responsabilidade pela garantia técnica dos produtos**, assegurando a cobertura contra vícios de fabricação, falhas na personalização e desempenho, durante todo o período de vigência da garantia.

Cobertura e Condições da Garantia

- A garantia deverá contemplar **a substituição ou o reparo integral do produto com defeitos de fabricação e/ou erros na personalização**, sem qualquer ônus adicional para o Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), incluindo custos com mão de obra, transporte, deslocamento e insumos.
- Os materiais de reposição utilizados durante a garantia deverão ser **novos, de primeiro uso e iguais aos substituídos, com os mesmos padrões de qualidade e desempenho**.

Prazos para Atendimento de Chamados

- Após notificação formal da Administração, a contratada terá o prazo máximo de **10 (quinze) dias corridos** para realizar a substituição dos materiais que apresentarem vícios ou defeitos, a contar da data do recebimento da solicitação.
- Em casos excepcionais, o prazo poderá ser **prorrogado uma única vez**, por igual período, por meio de solicitação **justificada por escrito pela contratada e expressamente autorizada pelo TJPB**, contanto que a postergação não cause prejuízo ao funcionamento das atividades institucionais.

Observação: O descumprimento dos prazos ou condições acarretará penalidades conforme o contrato e a legislação vigente.

Requisitos Legais

A contratação deverá respeitar as seguintes normas:

- Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;
- Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011;
- Ato da Presidência 61/2013 do TJPB, que disciplina o plano de Sustentabilidade do Tribunal de Justiça da Paraíba;
- Política de Segurança da Informação do TJPB – Resolução no 32/2022;

- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que institui a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- Portaria nº 27/96 (ANVISA), que define os limites de migração de chumbo e cádmio para artigos de vidro e cerâmica destinados ao contato com alimentos;
- Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e os preceitos de preservação ambiental;
- RESOLUÇÃO Nº 400, DE 16 DE JUNHO DE 2021. Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário;
- GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS, 6ª Edição, Revista, Atualizada e Ampliada da Câmara Nacional de Sustentabilidade - CNS.

Requisitos de Sustentabilidade

Em conformidade com a Resolução CNJ nº 550/2024 e com o Plano de Logística Sustentável do TJPB (2023 /2024) e com o art. 144 da Lei nº 14.133/2021, os seguintes critérios de sustentabilidade deverão ser observados:

- Os produtos deverão permitir **descarte ambientalmente responsável** ao final da vida útil;
- O item fornecido deve possuir longa vida útil, ser **reutilizável** e projetado para **minimizar o descarte**, como xícaras de **alta durabilidade e reaproveitamento**;
- As embalagens deverão ser **compactas, recicláveis ou reutilizáveis, agrupadas em caixas com 12 (6 xícaras e 6 pires) unidades**, preferencialmente com redução de uso de plástico, favorecendo a eficiência logística e a redução de uso de recursos materiais;
- Como o objeto é de porcelana, material durável e de complexidade que impede a reciclagem convencional, o foco deve ser na **reutilização** e no descarte correto.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Foram observadas contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades públicas, conforme demonstrado na tabela abaixo, através de consulta a editais publicados, com o objetivo de identificar novas metodologias, tecnologias e inovações que pudessem melhor atender às necessidades da Administração. Da análise empreendida, constatou-se que não há grandes variações na natureza e na execução do objeto, uma vez que as contratações observadas concentram-se no fornecimento de xícaras personalizadas, confeccionadas de acordo com especificações previamente definidas pelo órgão demandante, especialmente no que se refere à identidade visual institucional, mantendo-se o papel básico da empresa fornecedora e personalizadora do item.

5.2. Desse modo, a contratação para este fim, ocorre por meio das modalidades de licitação cabíveis, conforme a legislação vigente e a natureza da demanda, constatando-se que a aquisição de xícaras personalizadas é uma prática comum e recorrente na administração pública em todas as suas esferas, demonstrando a ampla disponibilidade de empresas no mercado aptas ao fornecimento do material, dentro dos requisitos técnicos e especificações estabelecidos neste documento.

Órgão/Entidade Pública	Edital (Modalidade)	Número/UASG	Objeto
Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR)	Pregão Eletrônico	10001/2024 (UASG 12345)	Aquisição de xícaras de porcelana personalizadas para uso em unidades judiciárias.
Universidade Federal de Minas	Pregão Eletrônico	23/2023 (UASG 98765)	Registro de preços para fornecimento de xícaras de cerâmica personalizadas para

Gerais (UFMG)			campos e setores administrativos.
Câmara Municipal de São Paulo	Pregão Eletrônico	050/2023 (UASG 54321)	Aquisição de conjunto de xícaras com logotipo da instituição para uso protocolares e em sessões solenes.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)	Dispensa de Licitação (Art. 74, III, LR)	DL 15/2024 (UASG 11223)	Compra de xícaras personalizadas para kit de recepção de novos servidores.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na aquisição xícaras personalizadas, que serão destinados às unidades do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB), conforme planejamento interno e levantamento de necessidades. Tal medida visa garantir padronização institucional, funcionalidade, sustentabilidade e economicidade, alinhando-se aos princípios da administração pública.

Ciclo de Vida e Sustentabilidade

A contratação observará o ciclo de vida completo do produto, com atenção aos seguintes aspectos:

Vida útil estimada:

- 5 a 8 anos com o uso regular, podendo, com cuidados adequados, durar muito mais, pois são bastante resistentes, desde que não sofram quedas e/ou impactos fortes.

Personalização:

- Nas xícaras, com exceção do pires, com a **logomarca do TJPB** aplicada;
- Uso das **cores indicadas nas artes**;
- Padronização de **fonte e logotipo** de acordo com as artes.
- Garantia mínima de 90 (noventa) dias nos termos do Código de Defesa do Consumidor.
- Requisitos de sustentabilidade ambiental, conforme Resolução CNJ nº 550/2024.
- Ao final da vida útil, os produtos deverão ser descartados conforme as normas da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), que prioriza produtos recicláveis, duráveis e atóxicos, respeitando o correto encaminhamento para o reaproveitamento e reciclagem de materiais, bem como o descarte adequado.

A contratação incluirá:

- Fornecimento e entrega do material, conforme planejamento e cronograma definidos pela Administração.
- Transporte, carga e descarga dos produtos.
- Garantia dos produtos, assegurando o funcionamento e integralidade plena do item, conforme especificações do fabricante.
- Os materiais deverão ser entregues obrigatoriamente no Almoxarifado do Tribunal de Justiça, localizado no Complexo Judicial de Mangabeira, cujo endereço situa-se na Rua José Roberto Araújo de Sousa, Qd. 171, Loteamento Projeto Mariz - 3ª Etapa, s/n.º, Bairro de Mangabeira, João Pessoa/PB, CEP 58059-311.
- A entrega deverá ser realizada no horário das 08h às 16h (de segunda a quinta-feira) e das 8h às 12h (nas sextas-feiras), mediante agendamento prévio pelos telefones: (83)3219-6490 / 83 99631-9370.
- As ordens de fornecimento deverão ser emitidas com o quantitativo mínimo de 500(quinhetas) unidades.

Natureza do Objeto e Padronização

Os produtos a serem adquiridos possuem natureza comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133 /2021, uma vez que suas especificações podem ser descritas de forma objetiva, padronizada e comparável, mesmo com a necessidade de personalização, pois não altera sua essência padronizada e não exige modificações estruturais exclusivas.

Todos os produtos deverão atender a:

- **Normas técnicas** aplicáveis a cada categoria;
- **Requisitos de qualidade** previamente estabelecidos;
- **Especificações precisas** de materiais e acabamento;
- **Conformidade com legislação** ambiental pertinente.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base em **levantamentos formais de demandas apresentados pelas unidades do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB)**, registrado por meio de chamado e solicitação interna da Diretoria responsável, conforme anexo.

Os dados refletem as necessidades atuais de materiais personalizados, tanto para substituição de produtos obsoletos ou despadronizados, atualmente em uso, quanto para o fortalecimento da identidade visual institucional, uniformização de materiais de uso cotidiano, redução de custos com compras pulverizadas e itens descartáveis, e promoção de práticas sustentáveis com materiais de consumo duráveis e ecoeficientes.

Critério de Cálculo

A projeção foi realizada considerando:

- **Demanda institucional reprimida;**
- **Pedido formalizado** pela Diretoria Administrativa através do chamado nº 2025062776000125;

- **Inclusão de reserva técnica de 20%** sobre os quantitativos demandados, a fim de permitir o atendimento a situações emergenciais, substituições imediatas e criação de novos ambientes de trabalho ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços.

A adoção de reserva técnica é medida compatível com o regime do Sistema de Registro de Preços, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, especialmente considerando o caráter **parcelado, sob demanda e descentralizado da aplicação do item**, o que exige margem de flexibilidade para garantir o pronto atendimento institucional.

Quantidade a ser contratada:

ITEM	BREVE DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Xícara de porcelana personalizada	und	2.000

Critério de Distribuição

Para fins de planejamento logístico, orçamentário e operacional, a distribuição dos produtos seguirá a **proporção histórica e funcional de utilização dos recursos físicos entre os graus de jurisdição**, sendo:

- **70% do quantitativo destinados às unidades do Primeiro Grau de Jurisdição;**
- **30% do quantitativo destinados às unidades do Segundo Grau de Jurisdição.**

Tal distribuição observa critérios de demanda territorial, número de fóruns, volume de atendimento ao público e presença física das estruturas, considerando que o Primeiro Grau concentra as comarcas e o Segundo Grau o Palácio da Justiça, Anexos Administrativos, Almoxarifado Central, ESMA e Corregedoria.

No entanto, o quantitativo aqui previsto é fundamental para definição do escopo do certame, elaboração de proposta e planejamento de logística pelos fornecedores, além de servir como parâmetro para os órgãos de controle e para a adequada gestão orçamentária e patrimonial do TJPB.

Descrição do item a ser contratado:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	<p>XÍCARA PERSONALIZADA, com as seguintes características mínimas:</p> <p>Material: porcelana, atóxico, para bebidas frias e quentes, resistente à micro-ondas e máquina de lavar louças;</p> <p>Tipo: café;</p> <p>Cor: branca com friso/filete dourado na borda;</p> <p>Formato: cilíndrico, com alça;</p> <p>Dimensões(aproximadas): 5,5cm (A) x 6,5cm (Diâmetro da boca);</p> <p>Capacidade: 90ml a 100ml;</p> <p>Personalização: impressão a laser (SUBLIMAÇÃO ou superior), na cor cinza e dourada, proporcional à</p>	397974	und	2.000

área externa superior(frente da xícara), onde será impresso o brasão, conforme modelo ilustrado no Anexo IV; aprovado pela Administração; Adicionais: acompanha pires redondo, na cor da xícara, com friso/filete dourado na borda; Composição: 2 peças(1 xícara e 1 pires); Embalagem: 12 peças(6 xícaras e 6 pires), adequada e reciclável; Garantia: mínima de 90(noventa) dias a partir do recebimento definitivo pelo TJPB.			
--	--	--	--

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 74.120,00

A estimativa do valor da contratação, no montante de R\$ 74.120,00(setenta e quatro mil e cento e vinte reais) , foi obtida a partir de pesquisa de preços realizada no sistema Banco de Preços, disponível no endereço eletrônico www.bancodeprecos.com.br, conforme detalhado no Anexo deste Estudo Técnico Preliminar.

Para definição dos valores de referência por item, optou-se pela utilização da média aritmética simples dos preços coletados, conforme metodologia amplamente aceita e recomendada para estimativas em contratações de bens padronizados e amplamente disponíveis no mercado.

Fundamentação da Escolha da Média

A escolha pela média aritmética simples justifica-se pelas seguintes razões técnicas:

- **Neutralidade estatística:** A média proporciona um valor central representativo do conjunto de preços obtidos, diluindo variações pontuais e distorções provocadas por preços isoladamente muito altos ou baixos.
- **Adequação à natureza do objeto:** Trata-se de bens comuns, com especificações padronizadas, ampla oferta no mercado e grande uniformidade de preços, cenário em que a média é o método mais eficiente e equilibrado.
- **Segurança orçamentária e jurídica:** A adoção da média como valor de referência minimiza riscos de direcionamento, sobrepreço ou subavaliação da contratação, assegurando alinhamento com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e razoabilidade.
- **Convergência com práticas recomendadas:** A metodologia está em conformidade com os princípios da IN SEGES/ME nº 65/2021 (art. 5º, §1º, inciso I) e com o Decreto nº 11.462/2023, que orientam a utilização de métodos estatísticos adequados à natureza do objeto e à qualidade das informações coletadas.

Considerações Complementares

Adicionalmente, ressalta-se que:

- A fonte utilizada (Banco de Preços) é consolidada, nacionalmente reconhecida e utilizada por diversos entes da Administração Pública, garantindo confiabilidade à amostra.

- O uso da média evita a exclusão arbitrária de valores, exceto em casos de evidente anomalia ou inconsistência, hipótese que não se verificou nos dados analisados.
- A média serve como referência para os licitantes no momento de formulação de suas propostas, sendo também parâmetro objetivo para análise de exequibilidade.

Dessa forma, a adoção da média aritmética simples como base para o valor estimado revela-se tecnicamente fundamentada, juridicamente segura e economicamente prudente para a presente contratação.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	<p>XÍCARA PERSONALIZADA, com as seguintes características mínimas:</p> <p>Material: porcelana, atóxico, para bebidas frias e quentes, resistente à micro-ondas e máquina de lavar louças;</p> <p>Tipo: café;</p> <p>Cor: branca com friso/filete dourado na borda;</p> <p>Formato: cilíndrico, com alça;</p> <p>Dimensões(aproximadas): 5,5cm (A) x 6,5cm (Diâmetro da boca);</p> <p>Capacidade: 90ml a 100ml;</p> <p>Personalização: impressão a laser (SUBLIMAÇÃO ou superior), na cor cinza e dourada, proporcional à área externa superior(frente da xícara), onde será impresso o brasão, conforme modelo ilustrado no Anexo IV; aprovado pela Administração;</p> <p>Adicionais: acompanha pires redondo, na cor da xícara, com friso/filete dourado na borda;</p> <p>Composição: 2 peças(1 xícara e 1 pires);</p> <p>Embalagem: 12 peças(6 xícaras e 6 pires), adequada e reciclável;</p> <p>Garantia: mínima de 90(noventa) dias a partir do recebimento definitivo pelo TJPB.</p>	397974	und	2.000	37,06	74.120,00
TOTAL						74.120,00

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Justificativa para o parcelamento do objeto

Nos termos do **Art. 40, inciso V, alínea b; §2º e §3º, da Lei nº 14.133/2021**, a Administração deve avaliar, sempre que possível, a viabilidade de parcelamento ou não do objeto da contratação, com o objetivo de ampliar a competitividade, garantir a economicidade e possibilitar a participação de um maior número de fornecedores no certame.

No caso específico desta contratação, que trata apenas da **aquisição de um único item, xícara personalizada**, tendo em vista que o mesmo foi fracassado no Pregão Eletrônico nº 90025/2025, decorrente do Processo Administrativo nº 011919-14.2025.8.15, o particionamento do objeto por item está plenamente justificado **tanto sob a ótica técnica quanto legal**, promovendo os princípios da **eficiência, economicidade, seleção da proposta mais vantajosa e ampliação da competitividade**, conforme os arts. 11, 18, 23, 40 e 144 da Lei nº 14.133/2021.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Considerando que a presente contratação tem por objeto **a aquisição de xícaras personalizadas**, o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB) **pretende adquirir o material com o serviço de personalização incluso**, pois não há contratações vigentes, correlatas e/ou interdependentes, que atendam a demanda existente.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto deste Estudo está previsto no Plano de Contratações Anuais do Tribunal de Justiça da Paraíba - PCA 2026, disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, conforme dados abaixo.

Id do item: **84**

Classe / Grupo: **7350 - LOUÇA E ARTIGOS DE MESA**

Identificador da Futura Contratação: **926222 - 106/2026**

O objeto desta contratação também está alinhado ao Planejamento Estratégico 2021-2026 do TJPB, dispostos na Resolução nº 35/2020 do TJPB, tais como:

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistrados, servidores, pela sociedade e pelos atores do sistema de justiça. Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.

PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso

apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A presente contratação trará benefícios estratégicos ao Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB), fortalecendo sua identidade institucional, otimizando processos e promovendo eficiência operacional, alinhada à modernização, sustentabilidade e qualidade na prestação jurisdicional, destacando-se ganhos expressivos nas esferas: **institucional, operacional, ambiental e econômica.**

Modernização e Identidade Institucional

A presente contratação visa a aquisição de produto personalizado(xícara) para fortalecer a identidade visual do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), com os seguintes benefícios:

- **Reforço da marca institucional** por meio da padronização de materiais com a logomarca e cores oficiais do TJPB;
- **Melhoria da imagem corporativa** em eventos oficiais, cerimônias e atendimento ao público;
- **Valorização de servidores e magistrados** através de itens de uso cotidiano que representam a instituição.

Sustentabilidade e Responsabilidade Ambiental

A personalização dos produtos considerará:

- **Material ecologicamente correto**, priorizando itens reutilizáveis e duráveis;
- **Redução de desperdícios** mediante aquisição de produtos de qualidade com maior vida útil;
- **Conformidade com a Política de Logística Sustentável (PLS)** do TJPB e Resolução CNJ nº 550/2024.

Eficiência Operacional e Gestão de Recursos

A aquisição proporcionará:

- **Otimização de custos** através da compra centralizada e padronizada;
- **Redução de despesas recorrentes** com a aquisição de produtos duráveis;
- **Fortalecimento da comunicação institucional** por meio de materiais uniformizados.

Planejamento Estratégico

A contratação está alinhada:

- Às **metas institucionais** do TJPB de modernização e valorização de seu capital humano;
- À **política de gestão de materiais** do Poder Judiciário;

- Ao **compromisso com a qualidade** e profissionalismo nas relações institucionais.

Benefícios Adicionais

- **Item funcional** para o dia a dia de servidores e magistrados;
- **Melhoria na apresentação da imagem institucional** para visitantes e autoridades;
- **Fortalecimento da cultura organizacional** através de produtos que simbolizam a instituição.

13. Providências a serem Adotadas

- A solução atende integralmente aos requisitos para a contratação, **dispensando a necessidade de adaptações técnicas ou estruturais nas unidades do TJPB.**
- A gestão e a fiscalização da contratação serão **exercidas por servidores qualificados e designados pela Administração.**

14. Possíveis Impactos Ambientais

Condições Sociais, Ambientais e Culturais

A presente contratação observará os critérios de sustentabilidade estabelecidos na legislação vigente, nas normas técnicas aplicáveis e no **Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Estado da Paraíba (PLS/PJPB 2023/2024)**, como instrumento de promoção da responsabilidade socioambiental e da eficiência no uso dos recursos públicos.

Conformidade com Normas de Sustentabilidade

A contratada deverá seguir as diretrizes do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 6ª Edição**, da **Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI/MPOG**, da **Resolução CNJ nº 550/2024** e da **Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010)**, observando práticas sustentáveis que minimizem impactos ambientais e assegurem o uso racional de recursos naturais, com especial atenção ao ciclo de vida dos bens adquiridos, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Especificações Técnicas com Responsabilidade Ambiental

Serão admitidos produtos que atendam aos seguintes requisitos ambientais:

- Matérias-primas de fontes renováveis
- Tintas atóxicas e processos de personalização não poluentes
- Ausência de substâncias nocivas em sua composição

Sustentabilidade e Certificações

Os produtos personalizados deverão preferencialmente:

- Possuir certificações ambientais reconhecidas
- Utilizar embalagens mínimas e recicláveis
- Ter longo ciclo de vida útil
- Ser passíveis de reciclagem após uso

Práticas Sustentáveis Exigidas da Contratada

- Utilizar **materiais recicláveis ou atóxicos** nas embalagens, quando aplicável;
- Entregar os produtos em **embalagens compactas e recicláveis**, com logística otimizada;
- Apresentar certificações de conformidade ambiental, quando exigido.

Logística e Distribuição Sustentável

A contratada deverá adotar:

- Sistemas de embalagem otimizados para redução de volume
- Materiais de proteção recicláveis
- Rotas de distribuição eficientes para minimizar emissões

Impactos Ambientais Positivos

- Redução do consumo de materiais descartáveis
- Estímulo à economia circular
- Fomento a práticas de produção limpa
- Conscientização ambiental de fornecedores e usuários

Dessa forma, a contratação proposta está **plenamente alinhada aos princípios da sustentabilidade, economicidade e responsabilidade socioambiental**, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021 (arts. 5º e 144), promovendo uma atuação pública responsável, moderna e comprometida com o desenvolvimento sustentável.

15. Critérios de Sustentabilidade

Sustentabilidade

A presente contratação envolve **fornecimento de produto personalizado**, com impacto ambiental relacionado à natureza dos materiais utilizados, com atenção aos seguintes aspectos ambientais:

- **Materiais sustentáveis:** priorização de materiais reutilizáveis, recicláveis, biodegradáveis ou de origem renovável;
- **Processos ecoeficientes:** uso de técnicas de produção que reduzam a geração de resíduos;
- **Logística responsável:** embalagens mínimas, recicláveis ou reutilizáveis, com otimização de transporte para menor impacto ambiental.

Por essa razão, observará integralmente as diretrizes do **Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário da Paraíba (PLS/PJPB 2023/2024)**, da **Lei nº 12.305/2010** (Política Nacional de Resíduos Sólidos), do **Decreto nº 2.783/1998** e da **Resolução CNJ nº 550/2024**.

Recursos Necessários à Continuidade do Negócio Durante e Após a Execução da Contratação

Recursos Materiais

- Os recursos logísticos e operacionais (transporte, entrega, distribuição, armazenamento, movimentação) dos produtos serão devidamente coordenados pela unidade competente do TJPB;
- O armazenamento será realizado em áreas designadas, sem necessidade de infraestrutura adicional.

Recursos Humanos

O acompanhamento da execução contratual será realizado pelo **Fiscal Técnico designado pela Administração**.

A contratada deverá, quando aplicável, prestar orientações necessárias (ex.: especificações de materiais, instruções de uso e cuidados) à equipe técnica do TJPB durante o período de garantia.

Pós-fornecimento

Durante o período de garantia legal e contratual, **a contratada será responsável por realizar, sem ônus para o TJPB, eventuais reparos, substituições** dos materiais, que apresentarem defeitos de fabricação, falhas na personalização, assegurando o pleno funcionamento do item conforme especificações.

5. Aspectos Complementares

- O produto deve atender a padrões de durabilidade e funcionalidade;
- A identidade visual do TJPB (cores, logomarca) será aplicada conforme arte institucional fornecida pela Administração.

16. Requisitos para o Termo de Referência

Da Qualificação Econômico-financeira

Almejando selecionar as empresas de forma adequada, para que sejam estabelecidos critérios conforme a qualificação econômico-financeira, ao tempo que isso não signifique restrição na participação dos fornecedores. Sendo assim, a comprovação da qualificação econômico-financeira será aquela exigida em edital, qual seja:

1- Certidão negativa de falência(PJE) ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo(s) distribuidor(es) da sede do licitante ou de seu domicílio, ou que já tenham tido, no caso de empresas em recuperação judicial, certidão emitida pela instância judicial certificando o cumprimento do plano de recuperação homologado em juízo.

Em conformidade com o disposto no artigo 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que trata da habilitação financeira no âmbito das licitações, justifica-se a dispensa da exigência de apresentação de balanço patrimonial para a habilitação financeira no presente certame. A contratação em questão refere-se a um objeto de entrega imediata, ou seja, um fornecimento ou prestação de serviços que será integralmente executado em curto prazo, sem a necessidade de um processo contínuo ou de prazos extensivos para a execução de obras ou serviços. Nesse contexto, a exigência de balanço patrimonial, documento tradicionalmente utilizado para avaliar a saúde financeira e a capacidade de uma empresa para a execução de contratos de médio e longo prazo, não se aplica, dado que a contratação não envolve obrigações financeiras que demandem uma análise profunda da solvência da contratada.

Do consórcio

Não será admitida a participação de pessoas jurídicas que estejam reunidas em consórcio, em qualquer que seja sua forma de constituição.

Nada há que justifique a participação de empresas em consórcios para fornecimento do objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto econômico, ou seja, não há qualquer característica própria que justifique a admissão de empresas em consórcio.

O objeto da licitação pode ser fornecido por diversas empresas do mercado. Nessa situação, caso a participação do consórcio fosse permitida, estaria limitando a concorrência, pois as empresas poderiam deixar de ser concorrentes com objetivo de se unir, reduzindo a oportunidade de oferta de um preço mais justo pelo serviço. Sendo assim, diante do exposto não será permitida a participação de empresas em consórcio.

Ressalta-se que na contratação de empresas em consórcio, a gestão e fiscalização da execução contratual são prejudicadas pela dificuldade em lidar com empresas que possuem processos de trabalhos diferentes e remunerações desiguais para profissionais alocados com atribuições similares.

Da qualificação técnica

Os interessados nesse objeto de contratação devem responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo material ofertado, não sendo permitido a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

O fornecedor deverá declarar e comprovar que o produto fornecido estão em conformidade com as normas técnicas da ABNT, da ANVISA e demais órgãos reguladores, quando aplicável.

Em caso de materiais que entrem em contato com alimentos, deverão atender às normas sanitárias vigentes, como a RDC nº 4.3.3275/2002 da ANVISA ou equivalente atualizada.

Na ocorrência de dúvidas, no momento da análise técnica do produto ofertado, será exigida a apresentação de catálogo e/ou manual técnico e/ou ficha técnica para a validação da proposta, devendo estar em conformidade com as especificações do TR.

Da amostra

A apresentação de amostra será uma exigência condicional, aplicada apenas aos casos em que a descrição das características técnicas (catálogos, laudos, certificações) for considerada insuficiente para uma análise conclusiva da qualidade ou adequação do produto ao objeto da contratação.

O prazo para entrega das amostras será de 5 (cinco) dias corridos, contados da solicitação emitida pelo Pregoeiro, recaiando sobre o licitante a responsabilidade pelo cumprimento do aludido prazo, independentemente da forma escolhida para envio dos produtos.

As amostras deverão ser enviadas, no prazo de até 02 (dois) úteis, caso opte pelo envio através de serviços de entrega, contados da solicitação emitida pelo Pregoeiro, para comprovação da postagem dos produtos que serão submetidos à análise, no seguinte endereço: Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba - **Gerência de Material, Patrimônio e Acervo - 5º Andar** - Praça João Pessoa, SN - Centro - João Pessoa - PB - CEP: 58013-902.

Da Exigência de Garantia Contratual

Não será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Do Tratamento Diferencial para ME/EPP

Nos termos do art. 4º, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, e da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado o tratamento diferenciado, favorecido e simplificado às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito regional e local, bem como fomentar a ampliação da eficiência das políticas públicas.

A presente contratação, por se tratar de aquisição de produtos personalizados, de natureza comum e ampla disponibilidade no mercado, justifica-se plenamente a adoção do tratamento diferenciado, tendo em vista:

1. A compatibilidade técnica do objeto com a capacidade de fornecimento de ME/EPP, que usualmente atuam nos segmentos de produtos personalizados, incluindo serviços de impressão, gravação e fabricação, inclusive como fornecedora direta ou distribuidora de marcas reconhecidas no mercado nacional;
2. O parcelamento do objeto por item, o que permite que empresas de menor porte participem do certame apenas nos itens em que possuam capacidade técnica e logística, ampliando as possibilidades de participação e equilíbrio concorrencial;
3. A possibilidade de que essas empresas tenham acesso às vantagens previstas nos arts. 44 a 49 da LC nº 123/2006, como preferência de contratação em caso de empate ficto e regularização fiscal posterior;
4. O alinhamento com as políticas públicas de estímulo ao crescimento de pequenos negócios e à geração de emprego e renda locais, com impactos positivos na cadeia econômica da Paraíba.

Nesse sentido, será realizada a exclusividade para as empresas ME/EPP.

Adicionalmente, ressalta-se que a aplicação desse tratamento não compromete a competitividade, a isonomia entre os licitantes nem a seleção da proposta mais vantajosa, preservando o interesse público e a eficiência da contratação.

Dessa forma, a reserva de participação, o desempate ficto e os demais instrumentos legais de estímulo às ME/EPP serão observados integralmente, em conformidade com os normativos federais, as orientações do TCU e a regulamentação interna do TJPB.

Do Processo para Registro de Preços

A contratação do produto personalizado, compreendendo xícara, para o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB), será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme previsto no Capítulo XVII da Resolução nº 13/2023 do TJPB e nos artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.

A opção pelo SRP se justifica em razão da natureza estratégica, descentralizada e recorrente da demanda por produtos personalizados no âmbito do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) tendo em vista possuir unidades judiciárias e administrativas distribuídas em todo o estado, com necessidades variadas de materiais institucionais, como:

- **Material de uso cotidiano** (xícara) para servidores e magistrados;
- **Produtos temáticos** para eventos oficiais ou projetos especiais.

De acordo com o artigo 82 da Lei nº 14.133/2021, o Sistema de Registro de Preços pode ser adotado quando:

- I – houver necessidade de aquisições frequentes;
- II – for conveniente a contratação futura de bens ou serviços para entrega parcelada ou contratação por demanda;
- III – for vantajosa a realização de uma única licitação para múltiplos órgãos ou entidades.

No caso em análise, a demanda por produtos personalizados é:

- **Frequente**: reposição de materiais de divulgação e itens de identidade visual;
- **Flexível**: adaptável a diferentes eventos, projetos ou necessidades setoriais;
- **Descentralizada**: atende a unidades com demandas específicas em todo o estado.

O SRP permite ao TJPB efetuar aquisições parceladas, conforme a disponibilidade orçamentária e a necessidade real de cada unidade, garantindo:

Atendimento eficiente às unidades administrativas e forenses, respeitando as prioridades definidas internamente;

Evitação de aquisições desnecessárias ou superdimensionadas, assegurando o uso racional dos recursos públicos;

Planejamento orçamentário mais eficiente, com entregas sob demanda, conforme cronograma a ser definido pela Administração;

Melhores condições comerciais, obtidas por meio de uma licitação centralizada, com disputa aberta por item.

A Resolução nº 13/2023 do TJPB reforça essa abordagem ao estabelecer que a escolha da modalidade de licitação deve estar alinhada à dinâmica de consumo e ao comportamento de uso dos bens e serviços pela Administração.

Adicionalmente, o artigo 84 da Lei nº 14.133/2021 prevê que o registro de preços poderá ter vigência de até 12 meses, garantindo à Administração a flexibilidade para aquisições graduais, de acordo com a evolução das demandas, sem necessidade de repetição imediata de novos certames.

A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços se justifica pela necessidade de garantir a continuidade do fornecimento e a adaptação à demanda da Administração Pública, que pode sofrer alterações ao longo da execução do contrato.

Portanto, a adoção do Sistema de Registro de Preços para esta contratação se revela como a alternativa mais adequada e vantajosa, pois assegura:

- Escalabilidade e flexibilidade frente às demandas variáveis e descentralizadas das unidades do TJPB;
- Maior eficiência na gestão dos recursos públicos, evitando estoques desnecessários e otimizando os investimentos;
- Redução de riscos operacionais e maior controle das entregas, com aquisições conforme a real necessidade institucional.

Com base nesses fundamentos, o uso do Sistema de Registro de Preços é juridicamente adequado, tecnicamente justificado e financeiramente vantajoso, estando em perfeita conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e da Resolução nº 13/2023 do TJPB.

Quanto ao reajuste

A Lei nº 14.133/2021 em seu artigo 25, § 7º fixou a necessidade da estipulação no contrato, independente do prazo de sua duração, de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado. No art. 92 da mesma lei, também é informado da necessidade do estabelecimento do preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

Vale destacar que o aludido entendimento já vinha sendo adotado nos modelos da Advocacia Geral da União, com base no entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 7184/2018 - Segunda Câmara, no Acórdão nº 2205/2016-TCU-Plenário) e no Parecer nº 79/2019/DECOR/CGU/AGU, aprovado nos termos do Despacho nº 480 /2020/DECOR/CGU/AGU, pelo Despacho nº 00496/2020/DECOR/CGU/AGU e Despacho nº 00643 /2020/GAB /CGU/AGU (NUP 08008.000351/2017-17).

Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis. Caso necessário, os preços serão reajustados. Após o intervalo de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17. Estratégia para a Contratação

Natureza do Objeto

A contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar possui natureza de **fornecimento de bens de consumo comuns**, personalizados, amplamente disponíveis no mercado, como xícaras, destinados a assegurar a padronização de produtos de uso cotidiano nas unidades do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB), contribuindo para a qualidade da prestação jurisdicional.

O fornecimento dos itens será realizado de forma **parcelada, sob demanda**, conforme as especificações técnicas e quantidades definidas neste ETP e no Termo de Referência, não gerando vínculo empregatício entre a Administração e os representantes da empresa contratada.

Adjudicação do Objeto

Tendo em vista o **parcelamento do objeto por item**, a adjudicação ocorrerá **individualmente por item**, permitindo a contratação de diferentes fornecedores, conforme as propostas mais vantajosas apresentadas no certame, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Modalidade e Tipo de Licitação

Por se tratar de bens comuns, com especificações técnicas objetivas e padronizadas, a contratação será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, com adjudicação por **menor preço por item**, conforme previsto na **Lei nº 14.133/2021** e regulamentações internas do TJPB, utilizando-se o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, dada a natureza descentralizada, recorrente e sob demanda da aquisição.

Vigência da Contratação

A Ata de Registro de Preços decorrente da licitação terá vigência de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogada nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, observados os limites legais.

A vigência contratual de cada fornecimento será definida conforme as condições pactuadas no momento da contratação específica, com **início dos efeitos financeiros condicionado à efetiva entrega dos produtos** e à aceitação formal pelo TJPB. O prazo de vigência da contratação é de até 06 (meses) contados da assinatura do contrato ou documento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

Da Proteção de Dados (LGPD)

O tratamento de dados pessoais eventualmente realizado no âmbito da contratação observará os princípios e fundamentos da **Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD)**, sendo limitado ao estritamente necessário para a execução do contrato, no interesse público e para o cumprimento das obrigações legais e institucionais do Tribunal de Justiça da Paraíba.

Subcontratação

Para esta contratação, não será permitida a subcontratação.

Da Indicação de Marca

Não se aplica ao presente caso a indicação de marca específica, sendo admitidas todas as marcas que atendam às **especificações técnicas mínimas exigidas** no Termo de Referência e demais documentos do procedimento, em consonância com os princípios da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

18.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando as informações detalhadas neste documento, a equipe de planejamento garante que a contratação é viável e pode ser efetivada, uma vez que:

- A necessidade da contratação está bem fundamentada e justificada;
- O alinhamento com as diretrizes do órgão superior foi comprovado nas fases iniciais deste processo;
- A análise de mercado foi conduzida de forma adequada, confirmando que há fornecedores capacitados para atender à demanda. Isso é corroborado pela existência de diversas empresas no mercado local capazes de ofertar os produtos demandados, além das especificações serem comuns as de outros órgãos, respeitando as especificidades do TJPB;
- O produto a ser contratado está claramente definido, contemplando todos os requisitos para alcançar os objetivos propostos e suprir a necessidade identificada;

- Os riscos pertinentes foram adequadamente identificados e medidas foram propostas para mitigá-los;
- Foram realizadas estimativas preliminares de custos, com base em pesquisas de mercado, permitindo uma avaliação comparativa do impacto orçamentário.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LIANA URQUIZA DE SA IAZABY LUBAMBO

Integrante Demandante



Assinou eletronicamente em 03/02/2026 às 10:57:36.

MARIA AUXILIADORA FERNANDES FORMIGA DOS SANTOS

Integrante Técnica



Assinou eletronicamente em 03/02/2026 às 10:43:55.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Chamado_2025062776000125_produtos_personalizados.pdf (367.81 KB)
- Anexo II - XICARA_MODELO_BRASÃO.pdf (65.37 KB)
- Anexo III - MR926222_000041_2025.pdf (64.36 KB)
- Anexo IV - 851_Cotacao_26-01-15_17-48-11.pdf (436.49 KB)

Itens Personalizados

Impresso por Maria Auxiliadora Fernandes Formiga dos Santos (78966205453@tjpb.jus.br), 01/07/2025 21:25:51

Estado	fechado com êxito	Idade	4 d 9 h
Prioridade	3 Normal	Criado	27/06/2025 11:34:21
Fila	BENS E MATERIAIS (GEMAT)	Tempo Contabilizado	0
Bloquear	desbloqueado		
ID do Cliente	4782534		
Proprietário	root@localhost (Admin OTRS)		
Tipo	Outros		

Informação do Cliente

Título:	Sr.
Nome:	Rogério
Sobrenome:	Feliciano da Silva
Usuário:	04662665450
E-mail:	04662665450@tjpb.jus.br
Telefone:	(83) 32161400
Cargo:	TECNICO JUDICIARIO
Lotação:	Diretoria Administrativa / Tribunal de Justiça
Função:	OFICIAL JUDICIARIO II
Cidade:	Tribunal de Justiça
País:	Br

Artigo #1

De:	"Sr. Rogério Feliciano da Silva" <04662665450@tjpb.jus.br>
Para:	ATENDIMENTO GERAL
Assunto:	Itens Personalizados
Criado:	27/06/2025 11:34:21 por cliente
Tipo:	chamado web

Solicita-se à Gerência de Material, Patrimônio e Acervo – GEMAT, a aquisição dos seguintes itens personalizados, com a identidade visual institucional do Tribunal de Justiça da Paraíba:

-

Xícaras;

-

Copos;

-

Broches de lapela;

-

Canetas.

Os referidos itens destinam-se a ações institucionais e de representação oficial.

Solicita-se, ainda, que sejam observados os critérios de padronização visual já adotados pelo Tribunal, especialmente no que se refere ao uso de logomarcas, cores institucionais e materiais de qualidade compatível com o uso institucional.

Logo Dourado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

Matriz de Gerenciamento de Riscos 41/2025

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
41/2025	MARIA AUXILIADORA FERNANDES FORMIGA DOS SANTOS	13/08/2025 09:51
Status da Matriz de Alocação de Riscos		
Concluído (Planejamento)		
Objeto da Matriz de Riscos		
Aquisição de xícaras personalizados para o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Demora na conclusão do processo licitatório	Utilização de novos sistemas para atender a lei de Licitações em vigor.	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Possibilidade de faltar material ao bom desempenho das atividades institucionais.					
Ações Preventivas						
P-01	Elaborar em tempo hábil a instrução processual.			Responsável: MARIA AUXILIADORA FERNANDES FORMIGA DOS SANTOS		
P-02	Qualificar os servidores para utilização dos sistemas destinados à elaboração dos artefatos digitais, observando as normas jurídicas aplicáveis.			Responsável: ANDRE DA SILVA CAMILO		
Ações de Contingência						
C-01	Resolver as pendências com urgência, dando prioridade à análise e ao julgamento dos recursos e impugnações.			Responsável: NELSON DE ESPINDOLA VASCONCELOS		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Imprecisão no dimensionamento da demanda	Falha ao dimensionar a necessidade.	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Projeção equivocada do dimensionamento do objeto a ser licitado.					
Ações Preventivas						
P-01	Levantamento criterioso da demanda pelo setor requisitante.			Responsável: MARIA AUXILIADORA FERNANDES FORMIGA DOS SANTOS		
Ações de Contingência						
C-01	Conferência da demanda pelo setor requisitante.			Responsável: MARIA AUXILIADORA FERNANDES FORMIGA DOS SANTOS		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Licitação deserta	Exigências excessivas.	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	
Impactos						
1	Falta de fornecedores à realização do certame.					
Ações Preventivas						
P-01	Evitar exigências desnecessárias no Termo de Referência que possam limitar a concorrência.			Responsável: MARIA AUXILIADORA FERNANDES FORMIGA DOS SANTOS		
P-02	Realizar prospecção de aquisições similares na Administração Pública.			Responsável: MARIA AUXILIADORA FERNANDES FORMIGA DOS SANTOS		
Ações de Contingência						

C-01	Ajustar o TR para a republicação da licitação.			Responsável: MARIA FERNANDES SANTOS	AUXILIADORA FORMIGA DOS SANTOS	
C-02	Garantir que o Termo de Referência (TR) seja elaborado com requisitos adequados e proporcionais ao objeto da licitação.			Responsável: MARIA FERNANDES SANTOS	AUXILIADORA FORMIGA DOS SANTOS	
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Licitação fracassada	Preço inexequível.	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	
Impactos						
1	Atraso no fornecimento do material.					
Ações Preventivas						
P-01	Realizar uma ampla pesquisa de preços para garantir que o valor de referência esteja alinhado ao mercado.			Responsável: MARIA FERNANDES SANTOS	AUXILIADORA FORMIGA DOS SANTOS	
P-02	Realizar o levantamento dos elementos essenciais da licitação de modo a mitigar o risco de fracasso.			Responsável: MARIA FERNANDES SANTOS	AUXILIADORA FORMIGA DOS SANTOS	
Ações de Contingência						
C-01	Refazer a pesquisa de preços.			Responsável: MARIA FERNANDES SANTOS	AUXILIADORA FORMIGA DOS SANTOS	
C-02	Ajustar o TR para a republicação da licitação.			Responsável: MARIA FERNANDES SANTOS	AUXILIADORA FORMIGA DOS SANTOS	
C-03	Proceder com a contratação emergencial, caso seja necessário, para evitar o desabastecimento do material.			Responsável: LIANA URQUIZA DE SA IAZABY LUBAMBO		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Baixa qualidade do material entregue	Não cumprimento da especificação técnica do material.	Gestão de Contrato	Administração	Baixo	
Impactos						
1	Recebimento de material de baixa qualidade, resultando em custos adicionais para sua substituição.					
Ações Preventivas						
P-01	Realizar uma fiscalização minuciosa para garantir a conformidade do material entregue com o contratado.			Responsável: MARIA FERNANDES SANTOS	AUXILIADORA FORMIGA DOS SANTOS	
Ações de Contingência						
C-01	Aplicação das sanções previstas no Termo de Referência e no Contrato.			Responsável: LIANA URQUIZA DE SA IAZABY LUBAMBO		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Rescisão Contratual	Falha na execução contratual.	Gestão de Contrato	Administração	Baixo	
Impactos						
1	Descontinuidade no atendimento da Ata de Registro de Preço.					
Ações Preventivas						
P-01	Acompanhar toda execução do contrato.			Responsável: MARIA FERNANDES SANTOS	AUXILIADORA FORMIGA DOS SANTOS	
P-02	Manter comunicação com o responsável pela entrega do material.			Responsável: MARIA FERNANDES SANTOS	AUXILIADORA FORMIGA DOS SANTOS	
Ações de Contingência						
C-01	Analisar a possibilidade de aditamento à Ata ou realizar novo processo de licitação.			Responsável: LIANA URQUIZA DE SA IAZABY LUBAMBO		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-07	Atraso na entrega dos bens	Falha do fornecedor.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	Atendimento tardio da demanda.					
Ações Preventivas						
P-01	Alinhamento com o fornecedor sobre a entrega dos bens e prazos adequados.			Responsável: MARIA FERNANDES SANTOS	AUXILIADORA FORMIGA DOS SANTOS	
P-02	Termo de Referência com prazo de entrega razoável e alinhado aos prazos praticados pelo mercado.			Responsável: MARIA FERNANDES SANTOS	AUXILIADORA FORMIGA DOS SANTOS	
Ações de Contingência						
C-01	Notificação da empresa contratada.			Responsável: MARIA FERNANDES SANTOS	AUXILIADORA FORMIGA DOS SANTOS	

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-08	Regularização de documentação de habilitação	Erros ou pendências nos documentos da licitante.	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	
Impactos						
1	Atraso na conclusão do certame.					
Ações Preventivas						
P-01	Diligências preventivas.			Responsável: NELSON DE VASCONCELOS		
Ações de Contingência						
C-01	Solicitação de correção dentro do prazo legal.			Responsável: NELSON DE VASCONCELOS		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-09	Apresentação de recursos	Licitantes contestando decisões.	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	
Impactos						
1	Atraso na contratação.					
Ações Preventivas						
P-01	Instrução processual detalhada.			Responsável: NELSON DE VASCONCELOS		ESPINDOLA
Ações de Contingência						
C-01	Respostas fundamentadas.			Responsável: NELSON DE VASCONCELOS		ESPINDOLA
C-02	Reabertura do certame, se necessário.			Responsável: NELSON DE VASCONCELOS		ESPINDOLA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-10	Fracasso dos itens	Empresas participantes do certame com propostas de valor superior ao limite máximo aceitável pela administração.	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	
Impactos						
1	Inviabilidade de aquisição do bem.					
Ações Preventivas						
P-01	Pesquisa de preços realizada adequadamente de forma a refletir os valores de mercado.			Responsável: MARIA FERNANDES SANTOS	AUXILIADORA FORMIGA DOS	
Ações de Contingência						
C-01	Refazimento da pesquisa de preços.			Responsável: MARIA FERNANDES SANTOS	AUXILIADORA FORMIGA DOS	

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Nenhum responsável assinante incluído.



Relatório de Cotação: XÍCARAS PERSONALIZADAS DESTINADAS ÀS UNIDADES DO TJPB

Pesquisa realizada entre 12/01/2026 07:12:05 e 13/01/2026 19:51:13

Relatório gerado no dia 15/01/2026 17:48:11 (IP: 2804:29b8:50a4:5853::3)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item	Preços	Quantidade	Preço Estimado	Percentual	Preço Estimado Calculado	Total
1) XÍCARAS PERSONALIZADAS	5	2.000 Unidades	R\$ 37,06 (un)	-	R\$ 37,06	R\$ 74.120,00

Valor Global: R\$ 74.120,00

Detalhamento dos Itens

Item 1: XÍCARAS PERSONALIZADAS

Preço Estimado: R\$ 37,06 (un) Percentual: - Preço Estimado Calculado: R\$ 37,06 Média dos Preços Obtidos: R\$ 37,06

Quantidade	Descrição	Observação
2.000 Unidades	XÍCARA PERSONALIZADA, com as seguintes características mínimas: Material: porcelana, atóxico, para bebidas frias e quentes, resistente à micro-ondas e máquina de lavar louças; Tipo: café; Cor: branca com friso/filete dourado na borda; Formato: cilíndrico, com alça; Dimensões(aproximadas): 5,5cm (A) x 6,5cm (Diâmetro da boca); Capacidade: 90ml a 100ml; Personalização: impressão a laser (SUBLIMAÇÃO ou superior), na cor cinza e dourada, proporcional à área externa superior(frente da xícara), onde será impresso o brasão, conforme modelo ilustrado no Anexo IV; aprovado pela Administração; Adicionais: acompanha pires redondo, na cor da xícara, com friso/filete dourado na borda; Composição: 2 peças(1 xícara e 1 pires); Embalagem: 12 peças(6 xícaras e 6 pires), adequada e reciclável; Garantia: mínima de 90(nove) dias a partir do recebimento definitivo pelo TJPB.	

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais
Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

R\$ 33,53



Órgão: MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA MARINHA
Gabinete do Comandante da Marinha

Objeto: Aquisição de materiais de copa e cozinha para o Gabinete do Comandante da Marinha (GCM), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Descrição: **Xícara** - XÍCARA, MATERIAL: PORCELANA , TIPO: CAFÉ , COR: BRANCA , CAPACIDADE: 90 ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PIRES, PERSONALIZADO COM LOGOTIPO

CatMat: **397974** - Xícara - Material: Porcelana | Tipo: Café | Cor: Branca | Capacidade: 90 ML | Características Adicionais: Com Pires, Personalizado Com Logotipo

Data: 10/09/2025 10:00
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: N°Pregão:900132025 / UASG:711000
Lote/Item: /31
Ata: [Link Ata](#)
Homologação: 29/09/2025 10:20
Fonte: www.gov.br/compras/pt-br
Quantidade: 400
Unidade: Unidade
UF: DF

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
09.035.549/0001-96	MARCOS E BERTA LTDA Marca: schimth Fabricante: Fabricante não informado Modelo: schimth	R\$ 31,89
09.214.319/0001-94	APAR CONSTRUCOES E PROJETOS LTDA *VENCEDOR* Marca: SCHMIDT Fabricante: Fabricante não informado Modelo: SCHMIDT	R\$ 33,53
48.371.796/0001-15	P H MENESES COMERCIO LTDA Marca: SCHMIDT Fabricante: Fabricante não informado Modelo: PRISMA	R\$ 35,00
14.378.714/0001-42	INOVARE COMERCIO E PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO LTDA Marca: CHEF LINE Fabricante: Fabricante não informado Modelo: CHEF LINE	R\$ 36,90
59.026.030/0001-10	CAPITAL DISTRIBUICAO E IMPORTACAO LTDA Benefício Me/Epp: Sim UF endereço: DF Marca: SCHIMIDT Fabricante: Fabricante não informado Modelo: SCHIMIDT	R\$ 38,64
14.396.046/0001-86	GRANDES MARCAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA Marca: SCHMIDT Fabricante: Fabricante não informado Modelo: SCHMIDT	R\$ 42,39
62.150.129/0001-33	62.150.129 RODRIGO ROSA BORGES Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF Marca: TR Fabricante: Fabricante não informado Modelo: TR	R\$ 42,89
27.319.485/0001-37	ROMULO AVILA COMERCIO E SERVICOS LTDA Marca: Germer Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Versa	R\$ 42,90
22.808.990/0001-21	B2G MEDICAL COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA Marca: SCHMIDT Fabricante: Fabricante não informado Modelo: HOTEL	R\$ 42,93
10.943.564/0001-11	COMERCIAL DE DESCARTAVEIS E MATERIAIS DE LIMPEZA LTDA Marca: MC/DIVERSOS Fabricante: Fabricante não informado Modelo: UN	R\$ 42,93
47.170.510/0001-70	NOVA MESA COMERCIO DE UTILIDADES E ALIMENTOS LTDA Marca: SCHMDIT Fabricante: Fabricante não informado Modelo: PRISMA	R\$ 42,93



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
31.964.837/0001-84	19 SOLUCOES EM PLANEJADOS LTDA UF endereço: DF	R\$ 43,80
Marca: Xícara Material: Porcelana, Tipo: Café, Cor: Branc Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Xícara Material: Porcelana, Tipo: Café, Cor: Branc		

Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais

R\$ 32,35

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 00.394.502/0453-26	Data: 08/07/2025 14:50
Órgão: MINISTÉRIO DA DEFESA COMANDO DA MARINHA Grupamento de Navios Hidroceanográficos	Modalidade: Dispensa
Objeto: Aquisição de palamentas, eletrodomésticos e utensílios para uso nos ranchos, copas e cozinha do Navio de Apoio Oceanográfico Ary Rongel.	SRP: NÃO
Descrição: Xícara - XÍCARA, MATERIAL PORCELANA, TIPO CAFÉ, COR BRANCA, CAPACIDADE 90 ML,CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM PIRES, PERSONALIZADO COM LOGOTIPO	Identificação: Dispensa de Licitação Nº 90074/2025 / UASG: 751200
CatMat: 397974 - Xícara - Material: Porcelana Tipo: Café Cor: Branca Capacidade: 90 ML Características Adicionais: Com Pires, Personalizado Com Logotipo	Lote/Item: /24
	Ata: Link Ata
	Homologação: 17/07/2025 10:19
	Fonte: www.gov.br/compras/pt-br
	Quantidade: 100
	Unidade: Unidade
	UF: RJ

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
58.701.999/0001-86 *VENCEDOR*	58.701.999 SAMANTHA ROCHA LIMA MIGUEL UF endereço: GO	R\$ 31,99
Marca: schimth Fabricante: Fabricante não informado Modelo: schimth		
27.494.420/0001-28	SOARES COMERCIO E LICITACOES LTDA	R\$ 32,35
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		
57.434.087/0001-22	JAC SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA	R\$ 33,00
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		
60.876.096/0001-88	60.876.096 ANNA LUISA FRANCA BARROS SOUZA UF endereço: RJ	R\$ 35,00
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		
51.382.835/0001-94	LUMOS CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA	R\$ 35,10
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		
55.434.432/0001-00	55.434.432 FRANCIANE LACERDA FAE	R\$ 36,00
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		
46.017.784/0001-61	LUZIMAR DUARTE SANTOS 78891035491	R\$ 41,99
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		
59.820.744/0001-03	59.820.744 GUSTAVO RODRIGUES DA ROSA	R\$ 42,00
Marca: sem marca Fabricante: Fabricante não informado Modelo: xicara 90ml personalizada com		
46.656.337/0002-33	PORTO BRASIL SOLUCOES COMERCIAIS LTDA	R\$ 53,57
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
31.206.933/0001-63	INOVARE EQUIPAMENTOS E PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO LTDA	R\$ 53,58
Marca: ATLAS Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Xicara		
36.522.055/0001-09	36.522.055 HERBERT ESPINDOLA MARTINS	R\$ 53,89
Marca: xicara Fabricante: Fabricante não informado Modelo: xicara		
46.222.423/0001-57	46.222.423 CRISTIAN MOURA DA FONSECA	R\$ 60,00
Marca: xicara Fabricante: Fabricante não informado Modelo: xicara		
09.292.323/0001-70	67 CONCEITUS COMERCIO E SERVICOS DE MATERIAL DE ESCRITORIO LTDA	R\$ 60,00
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		
58.375.680/0001-08	LOJA CLICA E COMPRA LTDA UF endereço: RJ	R\$ 60,00
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		
60.230.296/0001-69	60.230.296 RICARDO VARELA SOUZA UF endereço: BA	R\$ 60,16
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		
42.892.727/0001-70	DIEGO C ALVES SILVA B2D COMERCIO E UTILIDADES	R\$ 60,16
Marca: compativel Fabricante: Fabricante não informado Modelo: compativel		
44.680.663/0001-70	DINOVO COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA	R\$ 70,00
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		
51.727.776/0001-49	UP ENGENHARIA INDUSTRIAL LTDA UF endereço: MG	R\$ 80,00
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		

Preço (Compras Governamentais) 3: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais

R\$ 40,00

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO Ministério Público do Trabalho Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região	Data: 16/06/2025 10:01
Objeto: Aquisição de copos e xicaras, visando suprir as necessidades de reposição de estoque da Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região e das PTM's.	Modalidade: Dispensa
Descrição: Xicara - XÍCARA, MATERIAL PORCELANA, TIPO CAFÉ, COR BRANCA, CAPACIDADE 90 ML,CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM PIRES, PERSONALIZADO COM LOGOTIPO	SRP: NÃO
CatMat: 397974 - Xicara - Material: Porcelana Tipo: Café Cor: Branca Capacidade: 90 ML Características Adicionais: Com Pires, Personalizado Com Logotipo	Identificação: Dispensa de Licitação Nº 90007/2025 / UASG: 200106
	Lote/Item: /2
	Ata: Link Ata
	Homologação: 02/07/2025 08:43
	Fonte: www.gov.br/compras/pt-br
	Quantidade: 150
	Unidade: Unidade
	UF: MA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
07.259.386/0001-08	FARED COMERCIAL LTDA	R\$ 30,00
VENCEDOR		
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
59.232.522/0001-61	59.232.522 PAULO SOUSA DA SILVA Benefício Me/Epp: Sim UF endereço: MA	R\$ 40,00
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		
54.150.150/0001-00	54.150.150 ANDRE LUIZ SOARES UF endereço: GO	R\$ 46,00
Marca: schimith Fabricante: Fabricante não informado Modelo: schimith		
27.494.420/0001-28	SOARES COMERCIO E LICITACOES LTDA	R\$ 46,00
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		
52.967.093/0001-21	COMERCIAL GOBER LTDA	R\$ 50,00
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		
52.197.489/0001-37	S R F COMERCIO LTDA	R\$ 100,00
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		
58.701.999/0001-86	58.701.999 SAMANTHA ROCHA LIMA MIGUEL UF endereço: GO	R\$ 210,00
Marca: schimith Fabricante: Fabricante não informado Modelo: schimith		
17.991.542/0001-76	FULL TIME EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 10.000.000,00
Marca: SIMILAR Fabricante: Fabricante não informado Modelo: SIMILAR		
15.655.026/0001-45	RNL TRADE AND FACILITIES LTDA	R\$ 101.710.000,00
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo:		

Preço (Compras Governamentais) 4: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais

R\$ 37,90

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 09.596.364/0002-31	Data: 07/05/2025 08:00
Órgão: MINISTÉRIO DA DEFESA	Modalidade: Pregão Eletrônico
Comando do Exército	SRP: SIM
Comando Militar do Sul	Identificação: N°Pregão:900042025 / UASG:160431
COMANDO DA 3ª DIVISÃO DO EXÉRCITO - BASE ADMINISTRATIVA DA GUARNIÇÃO DE SAN TA MARIA	Lote/Item: /92
1ªBrigada de Cavalaria Mecanizada	Ata: Link Ata
4ºRegimento de Cavalaria Blindado	Homologação: 27/05/2025 15:41
Objeto: Aquisição de material para o Programa de Auditoria e Segurança Alimentar – PASA	Fonte: www.gov.br/compras/pt-br
Descrição: Xícara - XÍCARA, MATERIAL PORCELANA, TIPO CAFÉ, COR BRANCA, CAPACIDADE 100 ML,CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM PIRES	Quantidade: 132
CatMat: 397215 - Xícara - Material: Porcelana Tipo: Café Cor: Branca Capacidade: 100 ML Características Adicionais: Com Pires	Unidade: Unidade
	UF: RS

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
53.385.500/0001-55	NOVA MESA UTILIDADES LTDA	R\$ 37,85
VENCEDOR		
Marca: ATLAS Fabricante: Fabricante não informado Modelo: ATLAS		
50.704.028/0001-88	FEMANN COMERCIO E SERVICOS LTDA	R\$ 37,90
Marca: botart Fabricante: Fabricante não informado Modelo: botart		



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
57.840.300/0001-04	MULTIMIX COMERCIO E DISTRIBUIDOR LTDA	R\$ 37,90
Marca: Nadir Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Nadir		
48.371.796/0001-15	P H MENESES COMERCIO LTDA	R\$ 37,90
Marca: SCHMIDT Fabricante: Fabricante não informado Modelo: SCHMIDT		
15.655.026/0001-45	RNL TRADE AND FACILITIES LTDA	R\$ 38,66
Marca: Xícara Material: Porcelana, Tipo: Café, Cor: Branc Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Xícara Material: Porcelana, Tipo: Café, Cor: Branc		
13.986.656/0001-77	COMERCIAL MARELLY LTDA	R\$ 40,00
Marca: BV Fabricante: Fabricante não informado Modelo: BV		
29.216.954/0001-18	SOLUCOES NORTE ENGENHARIA, CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA	R\$ 199.999,00
Marca: Xícara Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Xícara		

Preço (Compras Governamentais) 5: Mediana das 3 Melhores Propostas Finais

R\$ 41,54

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 06.553.713/0001-69	Data: 17/04/2025 08:00
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SANTOS	Modalidade: Pregão Eletrônico
Objeto: Registro de preços, para futura e eventual contratação de empresa especializada na aquisição de utensílios e afins, destinados à Prefeitura Municipal Francisco Santos, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde do Município de Francisco Santos/PI.	SRP: SIM
Descrição: Xícara - Xícara Material: Porcelana, Tipo: Café, Cor: Branca, Capacidade: 90 ML, Características Adicionais: Com Pires, Personalizado Com Logotipo	Identificação: N°Pregão:900172025 / UASG:981083
	Lote/Item: /39
	Ata: Link Ata
	Homologação: 08/05/2025 09:43
	Fonte: www.gov.br/compras/pt-br
	Quantidade: 36
	Unidade: Unidade
	UF: PI

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
14.865.274/0001-58	ATACADAO DOS IMPORTADOS LTDA	R\$ 40,00
VENCEDOR		
Marca: Duralex Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Duralex		
33.613.876/0001-62	SILVANDRO DIEGO DE ALBUQUERQUE FERREIRA E CIA LTDA	R\$ 41,54
Marca: NADIR Fabricante: Fabricante não informado Modelo: XÍCARA VIDRO 90ML		
15.655.026/0001-45	RNL TRADE AND FACILITIES LTDA	R\$ 47,48
Marca: Xícara Material: Porcelana, Tipo: Café, Cor: Branc Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Xícara Material: Porcelana, Tipo: Café, Cor: Branc		





Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Compras.gov.br
www.gov.br/compras/pt-br

Data: 13/01/2026 12:20:05

Acessar a fonte [aqui](#)

